

Quinta-feira, 20 de Novembro de 1980



DIÁRIO da Assembleia da República

II LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1980-1981)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 19 DE NOVEMBRO DE 1980

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Leonardo Eugénio Ramos Ribeiro de Almeida

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Reinaldo Alberto Ramos Gomes

Alfredo Pinto da Silva

Maria José Paulo Sampaio

José Manuel Maia Nunes de Almeida

SUMÁRIO. — O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 50 minutos.

O Sr. Primeiro-Ministro (Sá Carneiro) justificou a moção de confiança apresentada à Assembleia para prossecução da política do Governo até à tomada de posse do novo Presidente da República.

Depois de lido, pelo Sr. Deputado Armando Lopes (PS), e aprovado um relatório e parecer da Comissão Eventual de Regimento e Mandatos relativo à substituição de alguns deputados, iniciou-se o debate da moção de confiança, no qual intervieram, a diverso título (intervenções, pedidos de esclarecimento e esclarecimentos) os Srs. Deputados Veiga de Oliveira (PCP), Oliveira Dias (CDS), Jorge Miranda (ASDI), Amândio de Azevedo (PSD), Vítor Constâncio (PS), José Manuel Casqueiro (CDS), César de Oliveira (UEDS), Azevedo Soares (CDS), Pedro Roseta (PSD), Luís Coimbra (PPM), João Cravinho (PS) e Lopes Cardoso (UEDS).

Depois de anunciar a apresentação de alguns pedidos de sujeição a ratificação de diplomas do Governo e de vários projectos de lei, o Sr. Presidente deu a sessão por encerrada eram 20 horas e 15 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vai proceder-se à chamada.

Eram 15 horas e 30 minutos.

Fez-se a chamada, à qual responderam os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PSD)

Adérito Manuel Soares Campos.

Afonso de Sousa F. de Moura Guedes.

Alberto Augusto Faria dos Santos.

Álvaro Barros Marques Figueiredo.

Amândio Anes de Azevedo.

Amélia Cavaleiro M. de Andrade Azevedo.

Américo Abreu Dias.

António Duarte e Duarte Chagas.

António Maria de O. Ourique Mendes.

António Roleira Marinho.

Armando Costa.

Arménio dos Santos.

Carlos Manuel Pereira Pinho.

Cecília Pita Catarino.

Cipriano Rodrigues Martins.

Cristóvão Guerreiro Norte.

Daniel Abílio Ferreira Bastos.

Eleutério Manuel Alves.

Fernando José F. Fleming de Oliveira.

Fernando José Sequeira Roriz.

Fernando Manuel A. Cardoso Ferreira.

Fernando Manuel C. Barbosa Mesquita.

Henrique Alberto F. Nascimento Rodrigues.

João Afonso Gonçalves.

João Aurélio Dias Mendes.

João Manuel Coutinho Sá Fernandes.

João Vasco da Luz Botelho Paiva.

Joaquim Carneiro Barros Domingues.

Joaquim Manuel Cabrita Neto.

Joaquim Pinto.

José Augusto Santos da Silva Marques.

José Manuel Meneses Sampaio Pimentel.

José Manuel Pinheiro Barradas.

José Mário de Lemos Damião.

José Teodoro da Silva.

José de Vargas Burção.

Leonardo Eugénio R. Ribeiro de Almeida.

Leonor Santa Rita Pires.

Luis António Martins.

Manuel António Araújo dos Santos.

Manuel António Lopes Ribeiro.

Manuel Ferreira Martins.

Manuel Filipe Correia de Jesus.

Manuel Maria Moreira.

Manuel Maria Portugal da Fonseca.

Mariel Pereira.
 Manuel Ribeiro Arruda.
 Manuel Vaz Freixo.
 Maria Adelaide S. de Almeida Paiva.
 Maria da Glória Rodrigues Duarte.
 Maria Helena do Rego C. Salema Roseta.
 Maria Margarida R. C. S. Moura Ribeiro.
 Marília Dulce Coelho Pires M. Raimundo.
 Mário Dias Lopes.
 Mário Marques Ferreira Maduro.
 Natália de Oliveira Correia.
 Nuno Aires Rodrigues dos Santos.
 Pedro Manuel da Cruz Roseta.
 Pedro Miguel de Santana Lopes.
 Reinaldo Alberto Ramos Gomes.
 Rui Alberto Barradas do Amaral.
 Valdemar Cardoso Alves.
 Virgílio António Pinto Nunes.

Partido Socialista (PS)

Adelino Teixeira de Carvalho.
 Alberto Arons Braga de Carvalho.
 Alberto Marques de Oliveira e Silva.
 Alfredo Barroso.
 Alfredo Pinto da Silva.
 António de Almeida Santos.
 António Duarte Arnaut.
 António Azevedo Gomes.
 António Carlos Ribeiro Campos.
 António Fernandes da Fonseca.
 António José Sanches Esteves.
 António Magalhães da Silva.
 António José Vieira de Freitas.
 António Marques Ribeiro Reis.
 António Teixeira Lopes.
 Aquilino Ribeiro Machado.
 Armando dos Santos Lopes.
 Avelino Ferreira Loureiro Zenha.
 Bento Elísio de Azevedo.
 Carlos Cardoso Laje.
 Eduardo Ribeiro Pereira.
 Fausto Sacramento Marques.
 Francisco de Almeida Salgado Zenha.
 Francisco Manuel Marcelo Curto.
 Guilherme Gomes dos Santos.
 João Alfredo Félix Vieira Lima.
 João Cardona Gomes Cravinho.
 Joaquim José Catanho Meneses.
 Jorge Fernando Branco Sampaio.
 José Gomes Fernandes.
 José Manuel Nisa Antunes Mendes.
 Júlio Almeida Carrapato.
 Luís Nunes de Almeida.
 Luís Patrão.
 Luís Silvério Gonçalves Saias.
 Manuel Alegre de Melo Duarte.
 Manuel Alfredo Tito de Moraes.
 Manuel Francisco da Costa.
 Manuel da Mata de Cáceres.
 Manuel dos Santos.
 Manuel Trindade Reis.
 Maria Teresa V. Bastos Ramos Ambrosio.
 Mário Manuel Cal Brandão.
 Raul d'Assunção Pimenta Rego.
 Rui Fernando Pereira Mateus.

Teófilo Carvalho dos Santos.
 Virgílio Fernando Marques Rodrigues.
 Vitor Manuel Ribeiro Constâncio.

Centro Democrático Social (CDS)

Adalberto Neiva de Oliveira.
 Adriano José Alves Moreira.
 Alexandre Correia de Carvalho Reigoto.
 Alfredo Albano de C. Azevedo Soares.
 Américo Maria Coelho Gomes de Sá.
 António Jacinto Martins Canaverde.
 António Mendes de Carvalho.
 Armando Domingues L. Ribeiro de Oliveira.
 Daniel Fernandes Domingues.
 Emídio Ferrão da Costa Pinheiro.
 Emílio Leitão Paulo.
 Eugénio Maria N. Anacoreta Correia.
 Francisco António Lucas Pires.
 Francisco Gonçalves C. de Ferreira.
 Francisco Manuel L. V. de Oliveira Dias.
 Francisco Manuel de Meneses Falcão.
 Henrique José C. M. Pereira de Moraes.
 Isilda da Silva Barata.
 João Cantinho M. Figueiras de Andrade.
 João Gomes de Abreu de Lima.
 João José M. Ferreira Pulido Almeida.
 João da Silva Mendes Morgado.
 José Alberto de Faria Xerez.
 José Augusto Gama.
 José Eduardo F. de Sanches Osório.
 José Girão Pereira.
 José Manuel Rodrigues Casqueiro.
 Luís Carlos C. Veloso Sampaio.
 Luísa Maria Freire C. Vaz Raposo.
 Manuel António de A. de A. Vasconcelos.
 Manoel Eugénio P. Cavaleiro Brandão.
 Maria Cândida Von Hafe A. Cunha Perez.
 Maria José Paulo Sampaio.
 Mário Gaioso Henriques.
 Narana Sinai Coissoró.

Partido Comunista Português (PCP)

Álvaro Augusto Veiga de Oliveira.
 Anselmo Aníbal.
 António Dias Lourenço da Silva.
 António da Silva Mota.
 Armando Teixeira da Silva.
 Carlos Alberto do Carmo da C. Espadinha.
 Custódio Jacinto Gingão.
 Dinis Fernandes Miranda.
 Domingos Abrantes Ferreira.
 Ercília Carreira Pimenta Talhadas.
 Fernando de Almeida Sousa Marques.
 Francisco Miguel Duarte.
 Georgete de Oliveira Ferreira.
 Hélder Simão Pinheiro.
 Jerónimo Carvalho de Sousa.
 Joaquim Miranda da Silva.
 Joaquim Vitor Gomes de Sá.
 Jorge do Carmo da Silva Leite.
 José Ernesto I. Leão de Oliveira.
 José Manuel da Costa Carreira Marques.
 José Manuel Maia Nunes de Almeida.
 José Rodrigues Vitoriano.
 Lino Carvalho Lima.

Manuel Lopes.
 Manuel Rogério Brito.
 Maria Alda Barbosa Nogueira.
 Maria Odete Santos.
 Octávio Augusto Teixeira.
 Raimundo Cabral.
 Vital Martins Moreira.

Partido Popular Monárquico (PPM)

António Borges de Carvalho.
 António Cardoso Moniz.
 Augusto Martins Ferreira do Amaral.
 Henrique Barrilaro Ruas.
 Jorge Vítor M. Portugal da Silveira.
 Luís Filipe Ottolini Bebiano Coimbra.

Acção Social-Democrata Independente (ASDI)

Joaquim Jorge de Magalhães S. da Mota.
 Jorge Manuel M. Loureiro de Miranda.
 Manuel Cardoso Vilhena de Carvalho.

União da Esquerda para a Democracia Socialista (UEDS)

António Manuel C. Ferreira Vitorino.
 António Poppe Lopes Cardoso.
 César Oliveira.
 Maria Teresa de Santa Clara Gomes.

Movimento Democrático Português (MDP/CDE)

Herberto de Castro Goulart da Silva.
 Helena Tâmega Cidade Moura.

União Democrática Popular (UDP)

Mário António Baptista Tomé.

O Sr. Presidente: — Responderam à chamada 192 Srs. Deputados.

Temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 15 horas e 50 minutos.

O Sr. Presidente: — Como é do conhecimento de VV. Ex.^{as}, o processo estabelecido para a discussão da moção de confiança apresentada pelo Governo inicia-se por uma intervenção do Sr. Primeiro-Ministro, à qual se seguirá um intervalo de meia hora, tendo depois os partidos a oportunidade de formular ao Governo os pedidos de esclarecimento que entendem, usando o Governo da palavra para responder e depois disso será aberto o debate sobre a moção.

Tem V. Ex.^a a palavra, Sr. Primeiro-Ministro.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Primeiro-Ministro (Sá Carneiro): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em mais uma concludente manifestação da sua capacidade cívica e da sua sabedoria política, os Portugueses, no passado dia 5 de Outubro, exprimiram a sua vontade através do voto livre e escolheram os seus representantes.

Em nome do Governo, saúdo os deputados eleitos, que são, no seu conjunto, o símbolo da representação nacional. Presto homenagem a esta Assembleia e dirijo ao seu Presidente respeitosas saudações.

A democracia continua em Portugal a dar passos firmes e irreversíveis. Na trajectória histórica que aponta ao século XXI, o nosso país e os nossos compatriotas confiam nas virtualidades de um regime democrático e expressam essa esperança com dinamismo participativo. É um exemplo que nos é dado e uma responsabilidade que nos é atribuída, tanto às forças políticas que aqui são a maioria como àquelas que representam a oposição.

De todos nós se espera um debate construtivo e enriquecedor; assumindo cada um o seu papel com transparência e com frontalidade. A clareza de processos e o rigor dos propósitos são indispensáveis ao saudável funcionamento das instituições.

Animado dessa clareza e inspirado por esse rigor, o Governo apresenta-se à Assembleia da República para, em termos bem definidos e sem qualquer ambiguidade, lhe solicitar um voto de confiança que legitime, perante a Nação, o exercício do seu mandato.

Não temos dúvidas de que este pedido dirigido ao Parlamento se encontra alicerçado em fortes razões morais e políticas.

Inicia-se uma nova legislatura e a Assembleia da República sofreu uma renovação por via eleitoral. Era, pois, diferente na sua composição o Parlamento diante do qual o Governo se apresentou em Janeiro passado. E embora a maioria de apoio ao Executivo se veja agora reforçada, o mais elementar respeito por esta Câmara obrigaría o Governo a auto-impor-se a disponibilidade de aqui vir para ser julgado nos seus projectos e no seu Programa.

Poder-se-ia teoricamente admitir que esse juízo parlamentar deveria incidir sobre um Executivo e um Programa que, formalmente, resultassem de um processo político análogo ao que, nos termos constitucionais, rege a formação de governos, com outorga de posse pelo Presidente da República e subsequente debate parlamentar do Programa do Governo. Bastaria então ao Executivo, para se encontrar no pleno exercício do seu mandato, que o respectivo Programa não fosse rejeitado pela Assembleia da República.

Tal teria sido, sem margem para dúvida, o processo seguido se não fosse a circunstância de nos encontrarmos a poucas semanas de eleições para a Presidência da República.

Nos termos da Constituição, o Primeiro-Ministro é responsável politicamente perante o Presidente da República. Pelo nosso lado, entendemos que o Presidente eleito deve ter toda a latitude para exprimir de modo inequívoco, dentro dos limites constitucionais, o significado político da sua própria eleição em relação ao Governo. Seria, certamente, desvalorizador da função presidencial a atitude de um Primeiro-Ministro que não tomasse a iniciativa de apresentar o seu pedido de demissão após a eleição de um Presidente.

É o que, solidariamente com todo o Governo, me proponho fazer logo que, perante esta Câmara, tome posse a individualidade que os Portugueses elegerem como Presidente da República.

A maioria ficará, então, em condições de se pronunciar, como o farão os restantes partidos representados na Assembleia da República, sobre a personalidade ou as personalidades que sugerem ao Presidente eleito para o lugar de Primeiro-Ministro. E o Presidente terá, adicionalmente, sob proposta do Primeiro-Ministro, a faculdade de livremente se pronunciar acerca da composição do Governo.

Procuramos, assim, e dentro dos princípios estabelecidos na Constituição, corresponder a dois imperativos democráticos do nosso ordenamento jurídico: o da legitimização parlamentar e o da responsabilidade política perante o Presidente da República.

Mas se a nossa opção é respeitadora dos princípios, obedece também a uma lógica de pragmatismo político e de melhor salvaguarda do interesse nacional.

Pragmatismo político, porque assim se evita a redundância de, no curto intervalo de dois meses, a mesma maioria parlamentar ser geradora, por razões puramente formalistas, de dois governos juridicamente distintos. Melhor salvaguarda do interesse nacional, porque se torna deste modo possível proceder à reparação e apresentação aos órgãos competentes das propostas de lei do Plano e do Orçamento para 1981, cuja importância para o País me dispenso, neste momento, de comentar.

Eis, em suma, as razões que levaram o Governo a solicitar nas presentes circunstâncias um voto de confiança à Assembleia da República.

Se, como esperamos, ele nos for concedido, desde já fica anunciado, perante esta Câmara, o compromisso solene de perante ela ser apresentado, para debate, um Programa de Governo elaborado pelo Executivo que o Presidente da República eleito vier a nomear, com perspectiva temporal até ao final da legislatura.

Compreende-se, por isso, que o voto de confiança que o Governo agora solicita esteja associado a uma clara intenção programática para o período que vai desde a presente data até à entrada em funções do Executivo nomeado pelo Presidente eleito.

A declaração de política geral que vos faço condensa, na verdade, o significado, o conteúdo e a intenção de um Programa de Governo. Nas suas linhas gerais, ele constitui, naturalmente, o prolongamento lógico do Programa aprovado pela Assembleia da República em Janeiro passado, que aqui se evoca e se considera reproduzido na sua filosofia e nas suas directrizes essenciais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Definidos os contornos, explicitado o alcance e esclarecido o espírito do voto de confiança que solicitamos à Assembleia da República, proponho-me pôr em relevo, em nome do Governo, e ainda que muito brevemente, alguns aspectos da atitude política geral do Executivo.

Portugal atingiu, no ano de 1980, um patamar de estabilidade governativa pleno de virtualidades democráticas e de potencialidades construtivas.

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Os resultados das eleições de 5 de Outubro passado confirmam que essa situação política corresponde a um anseio de um número crescente de portugueses. De tal sorte assim é que os deputados da maioria representam agora um número de eleitores que é superior ao daqueles cujos pontos de vista são sustentados pelas formações políticas de oposição.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Muito bem!

O Orador: — E se ponho em relevo este facto é apenas porque realidade diferente foi objecto, há bem pouco tempo, de insistente especulação por parte daquelas formações.

A maioria política nesta Câmara é não só mais vasta do que antes, em termos de deputados, como corresponde a uma base social e política mais larga do que a representada pela adição numérica dos eleitorados próprios dos partidos que se sentam nas bancadas da oposição.

É-nos, pois, legítimo afirmar que se o princípio da alternância democrática corresponde a um valor específico insubstituível da democracia já experimentado pelos Portugueses, a exigência de estabilidade governativa e política constitui uma forte e mobilizadora motivação popular na presente fase histórica da nossa vida colectiva.

Este é um dado fundamental da presente situação política e dele decorrem importantes e acrescidas responsabilidades para um Governo apoiado pela maioria, ou seja, para um Governo da Aliança Democrática.

O Governo está consciente desse acréscimo de responsabilidades perante o conjunto dos portugueses, como Governo nacional, e no equilíbrio das instituições, como Governo democrático.

De todos os portugueses o Governo espera, confiadamente, um renovado empenho nas tarefas do progresso social, cultural e económico da Nação. Disponemos, como país, de uma base política importante para aprofundar a nossa vivência democrática, para atingirmos, em breve, a plena democracia, para lançarmos com ousadia os alicerces de uma justiça social mais intensa, para exprimirmos com maior vigor a criatividade da sociedade civil, para realizarmos as reformas e a modernização, para levarmos mais longe os frutos e as energias da liberdade.

As responsabilidades acrescidas perante o conjunto dos portugueses associamos, todavia, aquelas que o Governo plenamente assume em face das restantes instituições de raiz democrática, no respeito do princípio da separação dos poderes e da legitimidade constitucional de cada órgão de soberania.

Não há em Portugal qualquer risco de concentração de poderes em torno do Governo ou da sua maioria de apoio parlamentar. Somos adeptos sinceros do princípio da separação de poderes. Pudesssem todos aqueles que parecem inquietar-se com tais riscos ter dado o exemplo que nós já demos e pretendemos continuar a dar nesta matéria!

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

Mas se com a menção a hipotéticos riscos de concentração de poderes se pretende construir em Portugal um sistema de contrapoderes à boa maneira revolucionária, que bem conhecemos, então é bom que afirmemos, com toda a clareza, que o Governo e a sua maioria consideram tal projecto como fundamentalmente antidemocrático, politicamente irresponsável e moralmente repugnante.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

E sobretudo quando tais alegados riscos são apregoados por quem, na última campanha eleitoral, encheu as paredes do nosso país com o slogan «Um Governo, uma maioria; um Presidente».

Vozes do PSD e do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Não se questiona a lucidez política da estratégia, que nós próprios lançámos em 1979; mas estranha-se que quem a repescou se sinta agora na obrigação de, por si ou por interpresa pessoa, vir-nos alertar contra os chamados perigos da «ditadura da maioria».

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Muito bem!

O Orador: — O Governo e a sua maioria parlamentar consideram como ponto fundamental da sua filosofia política o respeito pelas minorias e pelos direitos da oposição.

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Sem aviltamento do poder democrático de que foram investidos pelo voto popular, encontrar-se-ão sempre abertos ao diálogo com as forças democráticas que se lhes opõem, como, sem restrições, praticarão esse mesmo diálogo com as forças sociais e com a generalidade da opinião pública.

O Governo, como responsável pela condução da política geral do País, assume-se como garante das liberdades e dos direitos dos cidadãos e, sem prejuízo da função própria do Poder Judicial e do exercício da competente acção fiscalizadora da Assembleia da República, dispensa quaisquer tutelas que, directa ou indirectamente, pretendam pôr em causa a sua honrabilidade democrática.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Nas eleições de 5 de Outubro os Portugueses reafirmaram a sua opção por um Programa donde se salientam seis linhas mestras fundamentais: unir os Portugueses; criar riqueza e distribuí-la com justiça; lutar contra a inflação e o desemprego; dar prioridade aos mais desfavorecidos; consolidar a democracia e regionalizar o País; modernizar Portugal e avançar para a Europa.

O Governo toma estas directrizes como guia inspirador da sua acção, convicto de que elas devem constituir motivo de constante preocupação do labor do Executivo durante os próximos quatro anos. Um dos instrumentos de enquadramento dessa acção será o Plano a médio prazo relativo ao período 1981-1984.

O Governo propõe-se apresentar, em breve, ao Conselho Nacional do Plano e, depois, à Assembleia da República a proposta de Grandes Opções de Planeamento a Médio Prazo.

Sem pretender antecipar o debate sobre esse importante documento, poderei, no entanto, adiantar que nos propomos, apesar das incertezas que pesam sobre a conjuntura internacional, garantir as condições necessárias para que a riqueza nacional possa crescer, em termos reais, a uma taxa média superior a 4% ao ano.

Factor relevante para esse crescimento deverá constituir o acréscimo do investimento. Estamos convictos de que, podendo beneficiar de um elevado nível de estabilidade política, o País se encontrará nas melhores condições internas para a realização de investimentos significativos na criação de postos de trabalho, na melhoria da balança comercial e no desenvolvimento tecnológico.

A luta contra as causas internas da inflação e a progressiva redução do seu ritmo traduzirão um objectivo relevante do Plano. A nossa aposta é a de que, em 1984, a taxa de inflação em Portugal não exceda a taxa média dos países da Comunidade Europeia.

O combate contra o desemprego e a alta do custo de vida representam expressões importantes da forma como o Governo pretende subordinar a sua proposta de estratégia de desenvolvimento a imperativos de ordem social e humanista. Essa mesma subordinação reflectir-se-á globalmente na preocupação constante de associar à política de progresso e bem-estar as exigências ditadas pelo objectivo da melhoria da qualidade de vida dos Portugueses, de defesa do ambiente e de aprofundamento de uma realista e harmoniosa política cultural.

O Plano a médio prazo irá, certamente, constituir a carta orientadora do desenvolvimento do nosso país, numa perspectiva de modernização, de correcção de assimetrias regionais, pessoais e funcionais, de valorização dos nossos recursos próprios e de caminhada para a integração europeia.

O País começa a compreender que a opção pela Comunidade Económica Europeia é, mais do que um desafio à nossa capacidade diplomática, um verdadeiro motor de profundas transformações económicas, sociais, culturais e legislativas na ordem interna. A adaptação estrutural da nossa economia e da própria sociedade aos repto que nos são lançados por essa escolha fundamental da nossa política externa é um objectivo prioritário dos próximos anos.

O Governo deseja que essa palavra de ordem — «caminhar para a Europa» — se transforme num poderoso estímulo do nosso talento criador como povo. Nela reside a mais importante chave do processo de mudança e de modernização que pretendemos animar em nome do mandato popular de que fomos investidos. Doravante, e a par da continuação dos nossos esforços para conseguir, no plano externo, as melhores condições possíveis para a adesão europeia de Portugal, haveremos de assumir a plenitude das consequências que tais esforços reclamam dos Portugueses. É tarefa gigantesca que exige uma ampla participação de todos os interessados. Não podemos deixar aos mecanismos da improvisação o cuidado de a levar a cabo.

A todos — associações empresariais, sindicatos, partidos políticos, regiões autónomas, eleitos locais, funcionários públicos, Governo — será legítimo pedir um contributo útil para a modificação de mentalidades e de hábitos de trabalho que teremos de alcançar, fazendo a tempo as opções necessárias para que a colaboração de todos se traduza numa acção convergente, racional e significativa em favor das reformas que devemos introduzir e do ritmo de progresso que devemos promover.

Os Portugueses e a Assembleia da República têm, entretanto, a consciência de que a opção europeia não esgota, por si só, o conjunto das prioridades fundamentais da nossa política externa.

O actual Governo continuará a contribuir, na medida ao alcance do nosso país, para a paz e a segurança no Mundo, trabalhando a favor da coesão e da solidariedade da aliança atlântica e intervindo nas instâncias internacionais num sentido coerente com esse objectivo.

Desejamos ver instalada, nas relações internacionais, uma progressiva justiça social e não deixaremos de considerar, também nessa perspectiva, o aprofundamento das nossas relações com os povos dos Estados africanos de expressão oficial portuguesa.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — As linhas fundamentais da política de defesa não serão alteradas e serão coerentes com a análise que fazemos da situação internacional e das necessidades decorrentes da dignidade e da independência nacionais. Neste plano, continuaremos a trabalhar no sentido da preparação do termo do período de transição em que vivemos, contribuindo para a maior dignificação profissional da instituição militar.

Temos presente que os factores de crise na situação internacional se continuam a adensar. A invasão soviética do Afeganistão constitui um rude golpe nas perspectivas oferecidas pela estratégia do desanuvamento. A guerra entre o Iraque e o Irão veio introduzir novas dificuldades no já complexo problema do abastecimento do petróleo, dificuldades essas que afectam directamente o nosso país. Enfim, a esperança democrática e humanista com que acompanhamos os acontecimentos da Polónia não impede que evoquemos, uma e outra vez, os casos da Checoslováquia e da Hungria.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — A situação internacional não é, pois, de molde a que possamos alimentar optimismos excessivos ou, sequer, certezas seguras sobre a sua evolução futura. Os Portugueses não têm, porém, razões suficientes para alimentar derrotismos ou pessimismos doentios. O Governo, por seu lado, saberá manter a serenidade e a frieza de juízo para não ignorar as realidades e para tomar, em cada momento, as decisões ou as iniciativas que melhor se ajustem ao interesse nacional.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: No período correspondente ao mandato de confiança que solicita, o Governo propõe-se apresentar à Assembleia da República, pelo menos, o seguinte programa legislativo: proposta de lei de Grandes Opções do Plano a Médio Prazo; propostas de lei do Plano e Orçamento para 1981; proposta de lei de revisão do diploma sobre regime jurídico das eleições presidenciais; proposta de lei sobre a organização da defesa nacional; pedidos de autorização legislativa para alterações aos Códigos Penal, de Processo Penal e legislação complementar; proposta de lei sobre a orgânica dos tribunais administrativos; proposta de lei da nacionalidade; propostas de lei relativas à entrada e permanência e à expulsão de estrangeiros; proposta de lei sobre a delimitação dos investimentos entre a Administração Central, Regional e Local; proposta de lei sobre associações de municípios; proposta de lei sobre criação de freguesias; proposta de lei de minas; proposta de lei sobre a revisão do regime jurídico dos jogos de fortuna e azar; proposta de lei sobre delimitação de sectores produtivos; propostas de lei referentes à aprovação de vários acordos internacionais, nomeadamente: o Acordo sobre o Programa Internacional de Energia; o Acordo entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da RFA sobre o Regime Fiscal Aplicável aos Veículos Rodoviários; o Acordo sobre Cooperação

Técnica com a RFA; o Acordo de Transporte Aéreo entre o Governo Português e o Governo da República Popular de Angola.

O Governo não ignora que a Assembleia da República eleita em 5 de Outubro dispõe de poderes de revisão constitucional. Esta faculdade da presente legislatura permite, pois, admitir a existência de certas interacções entre o programa legislativo do Governo e o conteúdo final de que ficará dotada a Constituição da República após a revisão constitucional. O Governo não vê nesse facto qualquer impedimento para tomar, neste momento, as iniciativas legislativas anunciadas, dado que, após a revisão constitucional, toda a legislação então existente que se verifique desajustada em relação aos preceitos constitucionais será reformulada em conformidade.

Nestes termos, Sr. Presidente e Srs. Deputados, tenho a honra de submeter à Assembleia da República a seguinte questão que delimita o alcance e o sentido da moção de confiança que o Governo em funções lhe solicita:

Considera a Assembleia da República que o Governo actual merece a sua confiança para prosseguir a execução do Programa aprovado em Janeiro de 1980, com o desenvolvimento específico que se lhe propõe dar até à tomada de posse do Governo formado imediatamente após a realização das eleições presidenciais e a consequente tomada de posse do Presidente da República?

Na profunda convicção de que a moção de confiança apresentada corresponde a um imperativo nacional e democrático, o Governo espera confiadamente dos representantes eleitos do povo português uma resposta positiva à responsabilidade que neste momento deposita nas suas mãos.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Presidente: — Na sequência do processo estabelecido, seguir-se-á um intervalo de trinta minutos, durante o qual convoco uma reunião dos Srs. Presidentes dos Grupos Parlamentares, à solicitação do PSD, do CDS e do PPM.

Está interrompida a sessão.

Eram 16 horas e 15 minutos.

O Sr. Presidente: — Está reaberta a sessão.

Eram 17 horas e 15 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, antes de entrarmos na discussão da moção de confiança, convido o Sr. Deputado Armando Lopes a fazer a leitura de um parecer da Comissão Eventual de Regimento e Mandatos.

Tenha a bondade, Sr. Deputado.

O Sr. Armando Lopes (PS): — Passo a ler o texto do relatório e parecer da Comissão Eventual de Regimento e Mandatos, que é do seguinte teor:

Em reunião realizada no dia 19 de Novembro de 1980, pelas 14 horas e 30 minutos, foram apreciadas as seguintes substituições de deputados:

1 — Solicitada pelo Partido Social-Democrata:

Germano Lopes Cantinho (círculo eleitoral de Viana do Castelo), por Eduardo Manuel Lourenço de Sousa. Esta substituição é temporária.

2 — Solicitada pelo Partido do Centro Democrático Social:

Pedro António José Bracourt Pestana de Vasconcelos (círculo eleitoral de Lisboa), por Carlos Alberto Rosa. Esta substituição é pedida por um período de tempo não superior a um ano.

3 — Solicitada pelo Partido Comunista Português:

Ângelo Matos Mendes Veloso (círculo eleitoral do Porto), por Maria Ilda da Costa Figueiredo. Esta substituição é pedida por um período não superior a seis meses.

4 — Analisados os documentos pertinentes de que a Comissão dispunha, verificou-se que os substitutos indicados são realmente os candidatos não eleitos que devem ser chamados ao exercício de funções, considerando a ordem de precedência das respectivas listas eleitorais apresentadas a sufrágio pelos aludidos partidos nos concorrentes círculos eleitorais.

5 — Foram observados os preceitos regimentais e legais aplicáveis.

6 — Finalmente, a Comissão entende proferir o seguinte parecer:

As substituições em causa são de admitir, uma vez que se encontram verificados os requisitos legais.

7 — O presente relatório foi aprovado por maioria, com a abstenção do deputado da União Democrática Popular.

A Comissão: Presidente, Mário Júlio Montalvão Machado (PSD) — Secretário, Alexandre Correia de Carvalho Reigoto (CDS) — Secretário, Jorge do Carmo da Silva Leite (PCP) — Nicolau Gregório de Freitas (PSD) — António Duarte e Duarte Chagas (PSD) — Maria Adelaide Paiva (PSD) — Valdemar Cardoso Alves (PSD).

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, se ninguém deseja pronunciar-se sobre o parecer da Comissão Eventual de Regimento e Mandatos que acaba de ser lido, vamos proceder à sua votação.

Submetido à votação, foi aprovado por maioria, com a abstenção do deputado da UDP.

O Sr. Presidente: — Está aberto o período em que os Srs. Deputados poderão endereçar ao Governo os pedidos de esclarecimento que entenderem. Não há neste momento na Mesa quaisquer inscrições para o efeito.

Pausa.

Uma vez que não há inscrições, e segundo o consenso estabelecido na preparação do processo da discussão desta moção de confiança, a Mesa dará sucessivamente a palavra aos partidos por ordem crescente da sua expressão eleitoral.

Tenha a bondade, Sr. Deputado Mário Tomé.

O Sr. Mário Tomé (UDP): — Sr. Presidente, eu não tenho quaisquer perguntas para fazer ao Governo e, por isso, guardo o meu tempo para o debate.

O Sr. Presidente: — Peço a um deputado do MDP/CDE o favor de se pronunciar.

A Sr.ª Helena Cidade Moura (MDP/CDE): — O meu partido considera-se suficientemente esclarecido.

O Sr. Presidente: — Peço que um deputado da UEDS se pronuncie, ou um deputado da ASDI, visto que têm a mesma expressão eleitoral.

O Sr. Lopes Cardoso (UEDS): — Sr. Presidente, se me permite, antes de lhe dar uma resposta queria fazer uma observação.

Parece-me que este questionamento aos diferentes grupos parlamentares sobre se têm ou não perguntas a fazer ao Governo é descabido, porque se nós tivéssemos perguntas a fazer ao Governo tê-las-fámos feito.

O Sr. Presidente: — Tem V. Ex.ª razão, mas o que eu não queria era que alguém pudesse acusar a Mesa de não ter feito uma sondagem expressa aos grupos parlamentares, que poderiam, por qualquer razão, não ter desde logo solicitado prontamente a palavra para o efeito.

Mas então, se nenhum grupo parlamentar deseja pedir esclarecimentos ao Governo neste momento da discussão da moção de confiança, declaro encerrado o período de perguntas ao Governo, não havendo qualquer período de respostas, visto que não houve perguntas, e declaro aberto o debate sobre a moção.

Tem a palavra o Sr. Deputado Veiga de Oliveira para uma intervenção, primeiro deputado inscrito para o efeito.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados: O governo do Primeiro-Ministro Sá Carneiro apresentou-se hoje à nova Assembleia da República através da discussão e votação de uma moção de confiança.

Importa esclarecer as condições, a legitimidade e os objectivos de um tal procedimento.

Porquê esta assim chamada moção de confiança?

O Primeiro-Ministro e o seu governo, ainda há poucos meses, quando estava em causa o exercício constitucional e normal do controlo e fiscalização dos actos do mesmíssimo Primeiro-Ministro e do mesmíssimo governo, recusaram e fugiram ao debate. Nessa altura, sim, este governo estava ameaçado de ser colocado em minoria sobre questões importantes.

Fizeram-no quando promoveram o encerramento apressado da Assembleia da República; fizeram-no quando recusaram uma sessão extraordinária para apreciar uma moção de censura; fizeram-no ainda evitando a discussão e votação de inquéritos parlamentares legal e regimentalmente pedidos pela oposição.

Como, pois, explicar o actual procedimento?

O Primeiro-Ministro e o seu governo sabem que nenhuma votação desta Assembleia substitui a responsabilização do Governo perante o Presidente da República.

O Primeiro-Ministro e o seu governo sabem que a Constituição, não o dizendo expressamente (por desnecessário), pressupõe que após as eleições legislativas o Primeiro-Ministro apresente o seu pedido de exo-

neração, embora o Presidente da República, tendo em conta os resultados eleitorais, possa não aceitar esse pedido de exoneração ou reconduzir de imediato o Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro vem, no entanto, dizer-nos que esta moção de confiança se justifica, como uma espécie de caução transitória, até à próxima eleição do Presidente da República. A ser assim, será justo afirmar que foi depositada 'caução' no lugar errado! O primeiro dos órgãos de soberania de cuja confiança o Governo depende é o Presidente da República. Seria depois de obtida ou confirmada essa confiança que teria sentido apresentar-se o Governo a esta Assembleia.

O Sr. Luís Coimbra (PPM): — É um presidencialista!

O Orador: — Foi inteiramente oposto o caminho escolhido pelo Governo.

Importa, porém, que fiquem cientes de que, nem por esse facto nem por nenhum caminho desviado, como este que escolheram, iludirão a opinião pública a respeito do incontestável acto de guerrilha institucional que estão a levar a cabo.

O Sr. Primeiro-Ministro e o seu governo têm, como prioridade suprema, a realização dos seus objectivos eleitoralistas. As condições de realização deste debate são, pois, as que se inscrevem na linha de destruição do regime democrático escolhida por este Primeiro-Ministro deste Governo, desta «AD»; a Linha de desestabilização institucional e das pressões intoleráveis sobre o eleitorado.

O Sr. Borges de Carvalho (PPM): — Não apoiado!

O Orador: — É que convém não esquecer que o Sr. Primeiro-Ministro se apresenta aqui com o compromisso público de «não manter este regime, unicamente, por não ter uma maioria de dois terços no Parlamento» (refere-se, obviamente, ao regime instituído pela Constituição de 1976, o regime democrático). Isto é: o Primeiro-Ministro não visa cumprir a Constituição é a lei nem dar sentido ao regime democrático quando aqui se apresenta com uma moção de confiança, porque os seus objectivos proclamados são justamente não cumprir a Constituição na questão essencial sobre todas que é a da sua própria revisão.

O Primeiro-Ministro proclama publicamente desejar implantar uma «verdadeira democracia» — são palavras suas —, mas recusa respeitar o regime democrático, que lhe permitiu passar da oposição ao Poder. Para ele o regime não é democrático se não lhe garantir a permanência no Poder contra a vontade da maioria. Para ele o regime não será democrático se não forem o Primeiro-Ministro e a sua Aliança os detentores, em monopólio, de todos os órgãos de soberania.

O Sr. José Vitorino (PSD): — Quem diria!

O Orador: — O Sr. Primeiro-Ministro e o seu governo levam os seus objectivos eleitoralistas ao extremo quando publicamente ameaçam deixarem de,

ser governo, se não lhes for dado o monopólio dos órgãos de poder. E seria interessante que o Sr. Primeiro-Ministro esclarecesse o que quis dizer — o que quis dizer em público... já se vê! — ao afirmar que no quadro da derrota do seu candidato presidencial «as grandes batalhas políticas serão no Parlamento». Terá querido dizer que se o seu candidato fosse eleito não haveria mais grandes batalhas políticas no Parlamento?

Será mesmo o rato... o rabo do gato escondido?

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — É o gato pelo rabo!

O Orador: — Também o rato!

Isto é: se conseguisse colocar o seu candidato em Belém não haveria lugar para mais batalhas políticas, pelo menos à luz do dia?

O equilíbrio e a interdependência dos órgãos de soberania estabelecido na Constituição são, das melhores garantias de defesa do regime democrático. Seria um desastre para a democracia portuguesa a monopolização de todos os órgãos de soberania por parte da «AD».

A moção de confiança é, pois, peça integrante de um projecto, mais vasto.

Em si própria reduz-se à tentativa de transformar esta Assembleia em simples caixa de ressonância das exclamações de júbilo do Governo pelos resultados eleitorais e, simultaneamente, insere-se na actuação deste Governo como comissão promotora de uma candidatura à Presidência da República.

A Sr. Alda Nogueira (PCP): — Muito bem!

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Este é o Carlos Brito!

O Orador: — Estamos, pois, perante um claro abuso e desvio de poder, tão claro como os que o Governo vem praticando na manipulação da comunicação social estatizada, na utilização do aparelho de Estado em proveito da «AD», no arbitrio administrativo na interpretação e aplicação das leis, na restrição das liberdades dos cidadãos, dos direitos, dos trabalhadores e da ordem democrática.

O Sr. Rui Pena (CDS): — Não apoiado!

O Orador: — É à maioria de deputados por tais meios conseguida que o Governo vem agora perguntar-se sim ou não o apoia... É, evidentemente, inútil a pergunta.

O Primeiro-Ministro deste Governo e desta «AD» tem repetidamente e por diversos meios feito o elogio da sua actuação. Importa, mais uma vez, questionar os resultados dessa acção governativa para a qual pede «confiança».

Em menos de um ano os feitos governamentais cifram-se nos enormes prejuízos e destruições causados à Reforma Agrária, nas tentativas de liquidação do sector público, nas manobras visando acabar com o 25 de Abril na legislação laboral (em certos casos, apontando para formas ainda mais retrógradas do que as impostas pelo fascismo). Em menos de um ano a política deste Governo visou recuperar o

poder económico dos grandes capitalistas e dos grandes proprietários, que era a essência mesma do fascismo. Foi assim em relação às indemnizações e à mobilização dos títulos de indemnização. Foi assim em relação à venda de lotes das acções das empresas nacionalizadas indirectamente. Foi assim em relação à reconstituição dos latifúndios na zona da Reforma Agrária.

Mais que nenhum outro, este Governo atacou as liberdades democráticas, mormente a liberdade de informar e de ser informado, as liberdades sindicais e de associação. A sua actuação no domínio da comunicação social estatizada é um rosário de prepotências antidemocráticas. O encorajamento e protecção dada à repressão patronal caracterizam só por si a natureza deste Governo.

O Sr. Primeiro-Ministro e o seu governo afirmaram repetidamente que tudo ia melhorar. Que o desenvolvimento económico do País iria ser finalmente uma realidade, que iriam sustar a inflação, que naturalmente resolveriam os problemas da balança de pagamentos, que melhorariam a repartição do rendimento nacional em favor dos trabalhadores e dos mais desprotegidos ...

Para além de algumas medidas eleçoeiras que iludiram algumas centenas de milhares de eleitores, mas que não iludirão por muito tempo a opinião pública, o que fica das promessas é a factura a pagar ...

Por exemplo: Qual será o estado da nossa balança de pagamentos transcorrido um ano sobre o início da sua administração? Qual foi a melhoria de nível de vida das massas laboriosas? E quanto aos investimentos, que produziu o seu governo para além de continuar o que já estava (com algumas limitações — diga-se de passagem)? Quanto à reforma da Administração Pública, para além dos saneamentos políticos, intoleráveis num Estado democrático, qual é o balanço ao fim de um ano? E como vamos de saúde pública? E como vamos de escolas e instrução? E como vamos de primeiro emprego e desemprego?

Depois do uso imoderado, desviado e de autêntico abuso institucionalizado, que levou ao inquinamento da expressão da vontade popular, quantos votos conta a menos em relação aos partidos que se lhe opõem?

E em matéria de relações externas? Que é feito da independência nacional quando este Governo acorre pressurosamente às menores indicações dos círculos dominantes e belicistas dos Estados Unidos da América? Que é feito da independência nacional quando este Governo se propõe candidatar o País a base de mísseis atómicos e a permitir o estacionamento de porta-aviões, igualmente atómicos, nos nossos portos?

Vozes do PSD e do PPM: — Eh! ...

O Orador: — Que medidas tomou este Governo para desenvolver relações com os povos dos novos países africanos libertos do colonialismo português? Como se admite que tenha tolerado e consentido em território nacional a livre actividade de organizações contrárias aos interesses desses povos? Que faz este Governo pela independência nacional quando pretende reduzir-nos a um pobre e dependente associado da NATO e a um país sem outra esperança e outro projecto que não o da integração no Mercado Comum dos monopólios na Europa?

Tudo o que este Governo fez foi procurar criar as condições indispensáveis à liquidação do regime democrático e, desde logo, à conquista e monopolização de todos os órgãos de soberania, que lhe permitiria perpetuar-se no Poder, mesmo contra a vontade da maioria dos Portugueses.

Vozes do PSD, do CDS e do PPM: — Não apoiado!

O Orador: — Esta moção de confiança mais não é do que uma peça desse projecto. É a recusa ao cumprimento da Constituição. É a contestação da ordem e do regime democrático. É a tentativa de manipulação da Assembleia como mero instrumento de propaganda do Governo e do candidato dos chefes da «AD» à Presidência da República.

Porque este Governo insiste e persiste na manipulação intolerável da comunicação social, com vista a fins inconfessáveis, nomeadamente no terreno eleitoral ...

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Olha a velha mentira!

O Orador: — ... o Grupo Parlamentar do meu partido depõe neste momento na Mesa um requerimento para que seja aberto um inquérito à actuação deste Governo no domínio da comunicação social estatizada e que, para o efeito, seja designada uma comissão de inquérito nos termos regimentais.

Aplausos do PCP.

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — É preciso ter lata!

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Dá-me licença Sr. Presidente?

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Vital Moreira pediu a palavra para que efeito?

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Sr. Presidente, se não está na mente da Mesa marcar para agora o intervalo normal, o Grupo Parlamentar do meu partido gostaria de solicitar uma interrupção durante trinta minutos.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, o seu pedido é regimental, pelo que está deferido.

Srs. Deputados, a sessão está interrompida por trinta minutos.

Eram 17 horas e 35 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está reaberta a sessão.

Eram 18 horas e 15 minutos.

O Sr. Oliveira Dias (CDS): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. Presidente: — Tem V. Ex.^a a palavra.

O Sr. Oliveira Dias (CDS): — Sr. Presidente, o meu colega Narana Coissoró, antes do intervalo, tinha feito menção de pedir a palavra para solicitar esclarecimentos, penso que breves, ao Sr. Deputado Veiga de

Oliveira. Se V. Ex.^a não visse inconveniente, pedia para o meu colega formular agora esses pedidos de esclarecimento.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, peço a V. Ex.^a o favor de acreditar que só a circunstância de não ter essa informação é que não fez antecipar a concessão da palavra ao Sr. Deputado Narana Coissoró.

Tem, portanto, a palavra o Sr. Deputado Narana Coissoró para pedir esclarecimentos ao Sr. Deputado Veiga de Oliveira.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Sr. Presidente, como o Sr. Deputado Veiga de Oliveira não se encontra presente, prescindo, para continuarem os trabalhos.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Em vez de prescindir, adiava para quando ele estivesse cá!

O Sr. Presidente: — Nesse caso, dou a palavra ao Sr. Deputado Oliveira Dias para uma intervenção.

O Sr. Oliveira Dias (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A posição do Grupo Parlamentar do CDS relativamente ao Governo e à moção de confiança em debate nesta Câmara, tal como a vamos assumir na votação, poderia exprimir-se em termos perfeitamente adequados, sem dispêndio de mais do que uns momentos, nos seguintes termos:

O CDS apoia inequivocamente o Governo e vai votar sem qualquer hesitação, reserva mental ou perturbação de consciência a favor da concessão ao Governo da confiança solicitada. Importa, porém, acrescentar, nesta oportunidade, alguma coisa acerca do sentido útil que vemos neste debate, acerca da posição da nosso Grupo Parlamentar no projecto da Aliança Democrática, dos objectivos da nossa actividade nesta Assembleia perante a oposição e perante os problemas que o povo português vive, os desafios que o presente e o futuro nos apresentam e aos quais pretendemos dar respostas, correspondendo ao mandato daqueles que nos elegeram, indo ao encontro daquilo que de nós esperam.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Nós não pensamos que este debate seja um mero ritual, em que todos sacrificaremos algum tempo a meras questões de formalismo parlamentar decimonónico. Poderia pensar-se que, numa lógica de simplicidade, este debate fosse dispensável, na medida em que a coligação que apoiou este Governo venceu de novo, e por uma margem ampliada, as eleições legislativas de 5 de Outubro passado; que a representação parlamentar dos três partidos que apoiam o Governo é agora mais nitidamente maioritária; que os deputados eleitos em estreita ligação política, e até pessoal, com este Governo não viriam desdizer aqui o mandato que receberam do eleitorado nessas condições e que vão honrar. Tudo isso é verdade e será, porventura, antes de mais, uma questão de forma. Mas é uma questão formal que tem um sentido profundo no quadro do nosso sistema constitucional, como no de qualquer democracia representativa.

O Governo não foi eleito; quem o povo elegeu em 5 de Outubro passado foi esta Assembleia. O Governo vai continuar a governar por mais algumas semanas,

mas não porque se proceda a qualquer extração do sentido de voto — extrações que têm sempre significado e implicações profundamente negativas. Vai governar porque os deputados que têm mandato directo, válido e suficiente para isso lhe vão majoritariamente dizer que tem a sua confiança para continuar. E é bom que num país que tanto oscilou em extrações abusivas quanto à legitimidade do exercício do poder, invocadas por iluminados ou por vanguardistas, se passem a cumprir escrupulosamente as boas regras da democracia parlamentar, que nós pensamos entender e devemos defender e valorizar.

Mesmo num país que tem visto e vê a sua vida quotidiana embaracada em formalismos sem sentido nem mérito que não seja, porventura, afinal, o de alimentarem os seus próprios e confusos circuitos, é preciso distinguir e cumprir as regras, que têm uma finalidade correcta e um sentido profundo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A apresentação por parte do Governo da moção de confiança a esta Assembleia tem tanta importância, afinal, como a diferença que existe entre um verdadeiro parlamento com a sua maioria e a sua oposição, o seu poder de dizer que sim ou que não ao governo, e um parlamento fantoche, que obedece reverente ao governo ou, porventura, a outro órgão, quando não a algum poder ou contrapoder; que, ao contrário do que acontece connosco, não tenha mandato do povo para estas funções.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Muito bem!

O Orador: — É neste quadro que o Grupo Parlamentar do CDS, que a maioria representada pelos partidos coligados na Aliança Democrática, encaram este debate e vão exprimir e afirmar a sua confiança no Governo. Fá-lo-emos em conjunto, mas sem que cada um tenha de abdicar minimamente das suas convicções partidárias.

Há sempre quem queira — ou mesmo quem recebe — ver na afirmação de uma atitude de qualquer dos três partidos coligados um risco para a Aliança, ou uma hipótese para os seus adversários. Não é nem será assim, por duas ordens de razões: nós temos a noção das responsabilidades que assumimos uns perante os outros e, sobretudo, os três partidos — o PSD, o PPM e o CDS —, perante o eleitorado e o povo português.

Depois, nós temos a convicção de que a Aliança Democrática funciona e vai funcionar, mas não pela asfixia de quem quer que seja, não à maneira daqueles que só entendem a força dos monólitos ou a convergência dos acorrentados. Pelo contrário, a Aliança Democrática enriquece-se e aprofunda-se através do respeito mútuo, do diálogo e do consenso.

O Sr. Ferreira do Amaral (PPM): — Muito bem!

O Orador: — A Aliança Democrática robustece-se porque nela as pessoas raciocinam e todos temos o direito de falar e não porque, ao ingressar nela, alguém tenha abdicado de pensar, de falar, de ter opinião, numa palavra, de ser uma pessoa e de ter uma responsabilidade.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

Srs. Presidente, Srs. Deputados: Estes valores, que para nós temos, do respeito mútuo, das virtualidades do diálogo e dos consensos, da reflexão, da liberdade e da responsabilidade, ao mesmo tempo que os consideramos como as nossas maiores forças, não os queremos só para nós. E aqui entronca mais um aspecto importante do significado deste debate, sobre o qual queria deter-me uns momentos.

Não há democracia representativa sem maioria e, portanto, sem minoria. Por outras palavras, não há democracia representativa sem oposição. É própria das democracias parlamentares a comunicação e o diálogo fácil e franco entre o governo e o parlamento, com a sua maioria e a sua oposição. Há várias formas de se ser governo e várias formas de se ser oposição. Quando eu afirmava que não queremos só para nós os valores do respeito mútuo, do diálogo e do consenso queria também significar que, segundo a perspectiva do CDS, a maioria é pelo diálogo com a oposição, pelo diálogo entre o Governo e a oposição — ao menos com a oposição que queira dialogar. E para isso também aqui estamos, governantes e deputados.

Mas dialogar para quê?

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Há questões de forma e questões de fundo. E aqui eu não queria ficar na importância que têm as regras elementares da convivência e da cortesia entre a maioria e a oposição. Penso que — ao contrário do que muita gente julga — esse é um problema que não existe nesta Casa.

Nós queremos dialogar é acerca do futuro do povo português, dos problemas que há para resolver, da maneira de os ultrapassar.

O Sr. Ferreira do Amaral (PPM): — Muito bem!

O Orador: — A oposição — as oposições, perdão! — tem os seus fundamentos doutrinários e os seus projectos de acção. Nós temos os nossos. As oposições têm os seus objectivos, nós temos os nossos. Nós não queremos que se possa transformar em regra da democracia a unanimidade; o que é normal é a diversidade e, portanto, as posições a partir de certa altura divergentes e a prevalência da maioria sobre a minoria, no respeito devido às minorias, mas também no respeito devido às maiorias.

O que nós não queremos é deixar que a oposição se afaste das realidades como elas são, que se afaste do espírito de proposta quanto aos problemas concretos pelos quais ela também é responsável. O que nós não queremos é que a oposição pense que tem o exclusivo de determinado tipo de problemas ou de situações, porque — e as oposições sabem-no muito bem, embora por vezes digam o contrário — o nosso projecto, com as suas limitações humanas, diz respeito a todos os tipos de problemas que se vivem em Portugal, diz respeito a todos os portugueses. E, permita-se-me dizer-lhe, por saber e sentir que é assim é que o povo português deu a maioria à Aliança Democrática.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Muito bem!

O Orador: — Se nós fôssemos aquilo de que nos acusam, se nos identificássemos com os epítetos com que nos mimoseiam, se representássemos aquilo que a oposição diz que nós representamos, então, evidentemente, ou as oposições entendem e assumem clara-

mente que não teríamos ganho as eleições — que ganhámos — ou as oposições entendem que estarão a dirigir esses epítetos e acusações em alternativa com a de mentecapto à maioria do povo português.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Muito bem!

O Orador: — Mas então a oposição que tenha a coragem de o dizer.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Depois da eleição da Mesa desta Assembleia damos os primeiros passos da actividade parlamentar desta legislatura. Acerca do que esperamos dela, no aprofundamento da capacidade da Aliança Democrática e no respeito dos compromissos assumidos perante o povo português, a posição do meu Grupo Parlamentar é clara e optimista. Acerca das virtualidades do diálogo entre a maioria e o Governo e a oposição — a oposição que connosco partilha o conceito de regime democrático representativo que não discutiremos —, a nossa posição será também cada vez mais clara, e espero que o nosso optimismo se possa ver justificado.

Quanto ao Governo, como comecei por dizer, tem a nossa confiança e deve continuar a governar. Nesse sentido votaremos.

E ao povo português eu apenas posso dizer que quem é e será verdadeiramente exigente em relação ao que prometemos e ao que oferecemos no programa da Aliança Democrática somos nós, que acreditamos nele e nas propostas e soluções que apresenta. Não somos monopolistas de nada, mas não podemos deixar a mais ninguém, partindo seja de onde for, a capacidade de saber o que queremos e devemos fazer para cumprir o nosso compromisso com o povo — a não ser ao próprio povo.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Todos os estímulos serão bem vindos e, no fundo, sempre agradecidos. Mas quem vai defender a nossa proposta, quem vai defender o povo português, nas suas condições concretas de vida e nos problemas reais com que se debate, segundo as nossas propostas, seremos nós. Abertos ao diálogo, mas confiantes naquilo que propomos e no mérito do projecto que o povo português de novo votou maioritariamente. Em nome do qual aqui estamos, em nome do qual dizemos ao Governo que deve continuar a governar até às eleições presidenciais e à posse do Presidente da República eleito, que, esperamos, constituirão mais um passo — e de extrema importância — na viabilização deste caminho para o Portugal novo, digno, livre e europeu, ao serviço do qual se constituiu a Aliança Democrática, ao serviço do qual aqui estamos, nos afirmámos e continuamos a afirmar.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Miranda.

O Sr. Jorge Miranda (ASDI): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo: Não é sem emoção que, decorridos mais de quatro anos, de novo subo à tribuna da Assembleia da República. Não é sem emoção que verifico

que, desde 1976, apesar de tantas contrariedades e deficiências, a Assembleia se tem afirmado como um verdadeiro parlamento, vêm assumindo as suas funções constitucionais e tem procurado dotar-se das estruturas adequadas.

Nesta primeira intervenção — que é também a primeira intervenção parlamentar do Partido da Ação Social-Democrata Independente — quero saudar todos os deputados de todos os partidos e dizer-lhes que estou aqui, que estamos aqui — todos por igual direito —, para trabalhar responsávelmente no enfrentar dos grandes problemas nacionais, no reforço da convivência pacífica dos Portugueses, na vitalização das instituições democráticas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Não desejamos transformar a Assembleia da República numa câmara de discussão jurídica, embora ela não possa abdicar da sua competência de vigiar pelo cumprimento da Constituição e de apreciar os actos do Governo. Não é nosso intuito transferir para esta sede questões de mera interpretação jurídico-constitucional, mas, no início do presente debate, sentimos ser nosso dever criticar o objecto sobre que incide e as circunstâncias em que se desenrola.

Pela nossa parte não vamos controvertêr se o Governo devia ou não ter apresentado o seu pedido de demissão — que não teria de ser aceite — logo que a Assembleia ficou constituída, com a verificação dos poderes dos deputados. Só observamos que, não o fazendo, o Governo cometeu um acto de descortesia em relação a outro órgão de soberania, em relação a esta Assembleia, e, antes de mais, em relação à maioria parlamentar. Só observamos que, não o fazendo, e propondo-se — segundo anuncia — vir a fazê-lo com a posse do Presidente da República em Janeiro, o Governo enfraquece a posição política da Assembleia por vir, afinal, a reconhecer que a base da sua legitimidade ou, pelo menos, da sua acção, vai estar no Presidente — seja ele quem for —, e não nesta Assembleia.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Não entramos, porém, nessa questão. O que nos preocupa, por agora, é a ausência de um programa de governo, a qual se traduz no incumprimento de uma estrita obrigação constitucional.

Com efeito, a Constituição de 1976 criou o instituto do programa de governo como instrumento de racionalização do poder, com uma tríplice finalidade: de organização e planeamento das tarefas governamentais, de núcleo de solidariedade ministerial e de referência de responsabilidade política. Do programa hão-de constar as principais medidas políticas e legislativas a adoptar pelo Governo ou a propor ao Presidente da República e à Assembleia da República e ao programa estão vinculados todos os membros do Governo.

A apreciação parlamentar do programa do Governo vem a ser uma das componentes essenciais do sistema político semipresidencialista como sistema misto; é a primeira das componentes parlamentares desse sistema. Pois, mesmo que não haja votação, a sua razão afigura-se clara: a assembleia representativa de todos os cidadãos portugueses deve ser o local específico de conhecimento daquelas medidas e de debate contraditório sobre elas. Todo o governo deve ter um programa

não rejeitado pela Assembleia, um programa cuja vigência não pode exceder o da duração da própria Assembleia.

A apresentação de uma moção de confiança não se afigura sucedâneo aceitável, visto que a declaração de política geral em que se traduz é uma declaração superveniente para eventual renovação ou actualização do apoio ao Governo, não é um conjunto completo de medidas — ainda quando indique algumas — donde resulte a identificação do Governo e dos seus objectivos em certo período.

Que assim é, demonstra-o, aliás exuberantemente, a própria moção de confiança solicitada por este Governo em 18 de Janeiro, ligando a moção a um prévio programa, então acabado de apreciar pela Assembleia. Como aí se lia:

Considera a Assembleia da República que o Governo merece a sua confiança e tem as condições necessárias para executar, de forma cabal, o programa que acaba de passar na Assembleia, por força da rejeição das moções apresentadas pelos Grupos Parlamentares do Partido Socialista e do Partido Comunista?

Agora tudo se dá ao contrário. O Governo pede, primeiro, uma moção de confiança e somente depois, muito depois, dentro de semanas ou meses, irá submeter um programa. Quer dizer: a moção de confiança não tem uma substância própria, o seu conteúdo útil reduz-se em dar tempo ao Governo para, mais tarde, muito mais tarde, preparar um programa. Mas isto significa que o Governo, por obra sua, se define, assim, como governo a prazo. E esta é uma situação algo paradoxal: um governo com maioria reforçada depois das eleições de 5 de Outubro comporta-se como se isso não se verificasse, coloca-se nos próximos dois a três meses praticamente no estatuto de um governo de gestão, à espera de um novo Presidente.

E eis-nos chegados ao ponto fulcral. Se o Governo age desta maneira não é por acaso, é em virtude das eleições presidenciais que se avizinharam, é em virtude da sua estreita associação a um dos candidatos, cuja sorte não quer fazer perigar com a formulação de medidas concretas necessárias para o País vencer a crise económica e social, medidas essas que, no entanto, poderiam ser impopulares. É, evidentemente, muito mais fácil para o Governo ter à sua disposição um debate sobre generalidades e trivialidades — em que até poderá fazer campanha eleitoral — do que um debate sobre problemas reais no domínio do aumento dos preços, ou no do fornecimento de combustíveis, no do funcionamento das escolas, no da gestão da comunicação social, no da reforma administrativa ou no da integração europeia. Resta saber se tais problemas podem esperar. Resta saber se, designadamente, quando e como vão ser votadas as leis do Plano e do Orçamento, desligadas da coerência que haveria de decorrer da sua conexão com um programa de governo. Resta saber, desde já, que sentido pode ter a votação da moção de confiança — a votação e o debate de uma moção de confiança cujo teor era desconhecido até há momentos por esta Câmara —, quer pelos deputados da maioria, quer pelos deputados da oposição. Resta saber se não se trata, pura e simplesmente, de passar um cheque em branco. Por nós não o passamos!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Gostaríamos que esta segunda legislatura abrisse de outra forma. Gostaríamos que houvesse mais transparência e mais consideração pela instituição parlamentar. Mas somos homens de esperança e move-nos, acima de tudo, uma persistente vontade de diálogo. Por isso participaremos no debate — no pouco tempo que nos é concedido —, procurando trazer-lhe uma contribuição útil. Participaremos neste debate, como em todos os debates.

Aplausos da ASDI, do PS, do PCP, da UEDS e do MDP/CDE.

O Sr. Presidente: — Para formular um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Amândio de Azevedo.

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Começaria por manifestar a minha inteira concordância com uma das afirmações iniciais do Sr. Deputado Jorge Miranda, que ia no sentido de dizer que a Assembleia da República não é uma câmara de discussão jurídica. Acontece, todavia, que a coerência que esperava do Sr. Deputado Jorge Miranda desta vez não foi visível na sua intervenção — antes pelo contrário —, isto porque as suas palavras passaram completamente ao lado dos problemas políticos que determinaram a apresentação de uma moção de confiança por parte do Governo a esta Assembleia da República para se entreter — talvez o termo seja exactamente este — em considerações de várias natureza, que não constituem mais do que uma discussão teórica, desligada das realidades, do problema com que nos enfrentamos.

Não houve uma única palavra do Sr. Deputado Jorge Miranda acerca da forma como podiam ser tutelados os interesses que o Governo enunciou como constituindo a razão fundamental da escolha do processo político pós-eleições.

O que está em causa é saber se o respeito formal de certos preceitos, numa das suas possíveis interpretações, deve sobrepor-se à necessidade que o País tem: ter um governo com capacidade para enfrentar e resolver os seus problemas, ter um governo que possa trabalhar para o bem dos Portugueses. Como é que se pode, nesta perspectiva, recusar que a solução encontrada é aquela que, em perfeita adequação com as normas legais e constitucionais, está na linha da defesa intransigente dos interesses dos Portugueses que o Governo sempre tem seguido e que está disposto a seguir?

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Há uma série de considerações que o Sr. Deputado Jorge Miranda fez e que não podem deixar de ser consideradas como muito pouco assentes na realidade e sem qualquer fundamento plausível.

Então o Governo não tem de considerar, por força da própria Constituição, que após as eleições presidenciais tem de apresentar a sua demissão ao Presidente da República? Não deriva da Constituição que o Governo depende simultaneamente da Assembleia da República e do Presidente da República? Parece-me que isto é absolutamente indiscutível.

O que está agora em causa é saber se vamos fazer duas discussões de programa de governo com intervalo de cerca de um mês, se vamos fazer já a discussão do programa de governo e se depois das eleições presidenciais vamos considerar que o Governo é como se não existisse.

Ora, o Governo não se demite, está à espera que seja o Presidente da República a tomar a iniciativa.

Essas é que eram as questões que gostava de ver focadas pelo Sr. Deputado Jorge Miranda, pois durante a sua intervenção não as considerou e, numa manifestação de pura teoria jurídica, passou completamente ao lado destes problemas reais.

Não há, portanto, qualquer fundamento para se dizer que há intenções ocultas na iniciativa do Governo. Esta iniciativa é perfeitamente clara, é a mais correcta, é politicamente a mais certa, é aquela que está em maior consonância com os interesses do povo português.

A Sr.ª Teresa Ambrósio (PS): — Da AD!

O Orador: — E, de maneira nenhuma, se pode também aqui descortinar qualquer intenção subjectiva ou qualquer resultado objectivo de desprestígio da Assembleia da República. Pelo contrário, prestigiam-se ambos os órgãos de soberania de quem o Governo depende, prestigia-se o Presidente da República, na medida em que o Governo já manifestou intenção de apresentar a sua demissão logo que se verifiquem as próximas eleições presidenciais, logo que esteja eleito o novo Presidente da República, e prestigia-se a Assembleia da República através de uma forma que, sem pôr em causa o objectivo essencial que o Governo se deve propor, que é o de governar o País, todavia oferece à Assembleia da República a oportunidade de se pronunciar sobre a sua política.

O Governo põe aqui em causa todo o seu programa, que considerou implícito na declaração há pouco proferida pelo Sr. Primeiro-Ministro, aliás desenvolvida no prazo durante o qual o voto de confiança tem significado e sentido. Este Governo não é um governo a prazo, não é um governo de gestão. O que acontece é que, por força da Constituição da República, o Governo tem de ser posto em causa na hipótese de eleições legislativas, e é igualmente posto em causa, porque depende do Presidente da República, na hipótese de eleições presidenciais.

Em conclusão, o que perguntava ao Sr. Deputado Jorge Miranda é se não tem de reconhecer que talvez não esteja ainda devidamente adaptado à Assembleia da República e que talvez tenha falado um pouco mais com a consciência de que estava na Faculdade de Direito de Lisboa.

Aplausos do PSD.

Vozes do PS e da UEDS: — É incrível!

O Sr. Vital Moreira (PCP): — É preciso ter estômago!

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Miranda.

O Sr. Jorge Miranda (ASDI): — Sr. Deputado Amândio de Azevedo, gostei muito, aliás como sempre — e recordando velhos tempos —, de o ouvir,

mas V. Ex.^a não fez um pedido de esclarecimento. Tudo está em que me deu uma lição de realismo político que eu não teria seguido. Eu, pela minha parte, embora sem ignorar as realidades, prefiro situar-me no campo dos princípios e, antes de mais, no campo dos princípios constitucionais.

Vozes da ASDI e do PS: — Muito bem!

O Sr. Jorge Miranda (ASDI): — E o princípio que foi invocado pelo Sr. Deputado Amândio de Azevedo foi o da dupla responsabilidade do Governo perante o Presidente da República e perante a Assembleia da República. O Sr. Deputado diz que o Governo, logicamente, se deve demitir com a posse de um novo Presidente da República. Então por que é que não se demitiu com a eleição de uma nova Assembleia da República? Eu não vou tão longe, Sr. Deputado!

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Jorge Miranda (ASDI): — O que eu queria era que nós, Assembleia da República, no momento em que se inicia uma nova legislatura, tivéssemos um programa concreto para discutir, programa esse para quatro anos. Aliás, um dos lemas da Aliança Democrática foi o de «um governo para quatro anos», quatro anos que começaram agora, e não com a posse do Presidente da República, que, aliás, é eleito por cinco anos.

Por conseguinte, penso que não estive propriamente fora das realidades. Os princípios, quando bem invocados, jogam sempre com as realidades. O que eu queria era que a Assembleia, ao iniciar os seus trabalhos, tivesse um programa de governo. Se depois, em Janeiro, o Governo entendesse pedir a demissão ao Presidente da República e se, o que não suponho muito provável, o Presidente da República quisesse aceitar essa demissão, o problema seria outro. Por agora o problema está em que, numa nova legislatura, não há um programa de governo.

Aplausos da ASDI, do PS e da UEDS.

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Sr. Presidente, dada a forma como está organizado este debate, pedia a palavra para fazer um breve comentário e até para responder às perguntas que me fez o Sr. Deputado Jorge Miranda.

Vozes do PS: — Que perguntas?

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o comentário é este: estou, pelo menos, satisfeito, porque um dos objectivos foi atingido. O Sr. Deputado Jorge Miranda já não coloca o problema no plano do prestígio ou do desprestígio da Assembleia da República, coloca o problema num campo de possibilidades várias, e aqui há uma legitimidade completa para qualquer pessoa ter a sua posição. Devo dizer que mantendo inteiramente a minha e que os argumentos invocados pelo Sr. Deputado Jorge Miranda não respondem absolutamente a nada, porque continuou a ignorar completamente o bloqueio que resultava para a actividade governativa do facto

de se apresentar ao Presidente da República um pedido de demissão. Esse é que é o problema político essencial e fundamental, e sobre isso não podemos passar por cima, porque a política é a arte de conseguir o bem de um povo e de um país, não é a arte de nos entretermos com formalismos legais, que o Sr. Deputado Jorge Miranda recusou no início da sua intervenção.

Vozes do PSD — Muito bem!

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Penso, portanto, que de qualquer maneira a questão estáposta noutros termos, e não vejo que haja quaisquer razões invocadas pelo Sr. Deputado Jorge Miranda que se mostrem com valor suficiente para pôr em causa o acerto da decisão do Governo de não apresentar o seu pedido de demissão e, para manter exactamente a essência das instituições democráticas, apresentar, pelo contrário, uma moção de confiança a esta Assembleia da República.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Jorge Miranda (ASDI): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Jorge Miranda (ASDI): — Sr. Presidente, gostaria de saber se esta intervenção conta no tempo do meu partido.

Vozes do PSD e do CDS: — Conta, conta.

O Orador: — Nesse caso, prescindiria.

Sr. Deputado Amândio de Azevedo, continuaremos a conversa noutro sítio ...

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Nos corredores!

O Orador: — ... porque me parece que as posições estão perfeitamente claras.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, devo dizer a V. Ex.^a que a intervenção que queria produzir conta no tempo do seu partido.

O Orador: — Com certeza, Sr. Presidente:
Muito obrigado.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Vítor Constâncio.

O Sr. Vítor Constâncio (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Ministros: A intervenção do Sr. Primeiro-Ministro, ao iniciar este debate sobre a moção de confiança apresentada pelo Governo, foi marcada, um tanto surpreendentemente, por um tom de aparente moderação e espírito dialogante, como se com a prudéncia das afirmações se procurasse tirar argumentos à oposição. Os argumentos de bom senso para justificar a metodologia adoptada pelo Governo, a afirmação de princípios gerais de doutrina democrática, a enunciação de generosas e justas finalidades ao desenvolvimento económico e social, tudo parecia apelar para a ingénua concordância de qualquer cidadão de boa vontade.

Por detrás das aparências, a realidade é, porém, bem diferente e o discurso do Sr. Primeiro-Ministro tem de se considerar como insuficiente, contraditório e desrespeitador dos direitos desta Assembleia.

Insuficiente, antes de mais, a justificação apresentada para o método escolhido pelo Governo para se legitimar perante o Parlamento. O normal a seguir à realização de eleições legislativas seria o Governo demitir-se e solicitar a investidura à nova Assembleia. Se tal não é exigido expressamente pela Constituição, é, pelo menos, conforme à ética democrática e ao respeito devido ao Parlamento. O Primeiro-Ministro reconheceu-o, de resto, mas aduziu o argumento pragmático de que, havendo dentro em breve eleições presidenciais e devendo o Governo demitir-se perante o novo Presidente da República, havia que poupar o País a duas demissões sucessivas do Governo. Ora, a verdade é que a Constituição consagra a dupla responsabilidade política do Governo perante a Assembleia e o Presidente da República. E, se se aceitar a interpretação da Constituição ao sabor dos calendários eleitorais de natureza conjuntural, por que não proceder inversamente, apresentando a demissão do Governo agora e solicitando a investidura na base de um programa para quatro anos, pedindo mais tarde a reafirmação da confiança ao novo Presidente da República?

A verdade é que a investidura do Governo pelo Parlamento é mais determinante da natureza e composição do Governo do que a opinião política do Presidente da República, em virtude de este estar condicionado constitucionalmente pela necessidade de respeitar os resultados eleitorais. E, quando há maioria parlamentar, como agora acontece, a margem de escolha do Presidente praticamente não existe. Por quê privilegiar então uma interpretação presidencialista da Constituição em detrimento de uma interpretação mais parlamentar?

A resposta é simples: é que vão realizar-se dentro em breve eleições presidenciais e o Governo continua a considerar-se como agente da campanha eleitoral. O candidato da AD não se impõe por si, precisa da ajuda do Governo e este vem dar-lha. A metodologia adoptada permitiu a tentativa, aliás frustrada, de confronto com o actual Presidente — e isso interessava à campanha eleitoral. A ausência injustificada de apresentação de um programa possibilita evitar o enunciado de propostas programáticas concretas para os próximos quatro anos, não revelando, assim, os pontos mais controversos e potencialmente impopulares do seu projecto político, cuja execução pôde ser adiada até agora.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Também isso não convinha na perspectiva das próximas eleições, onde espera a vitória do candidato que lhe promulgará docilmente tais medidas.

Uma voz do CDS: — Acertou!

O Orador: — Sendo este o objectivo, pouco importava o conteúdo programático da declaração política do Sr. Primeiro-Ministro. Mesmo caindo na contradição de pedir confiança para dois meses e anunciar legislação de fundo que compromete o País para

mais tempo e tem de resultar de um projecto programático agora não revelado. O discurso do Sr. Primeiro-Ministro não permite só por si avaliar qual é esse projecto nem a forma como este Governo vai governar.

Limitou-se, como disse, ao enunciado de princípios de doutrina democrática — separação de poderes, respeito pelas minorias e pelos direitos de oposição —, que, em abstracto, qualquer democrata assume. No domínio económico-social, enunciou objectivos gerais — de crescimento da justiça social, de promoção da qualidade de vida — que qualquer partido inclui no seu programa.

Onde os projectos políticos se testam verdadeiramente é na prática dos que os dizem professar; onde os programas se distinguem é ao nível dos instrumentos, dos modelos de organização social, da definição do papel dos vários agentes da vida económica — Estado, sector privado, trabalhadores.

Há, pois, que ir fundamentar a avaliação do programa deste Governo à sua prática anterior e ao que ela mesma indica. E, já que o Sr. Primeiro-Ministro não enunciou medidas concretas, contrapor-lhe a nível doutrinal o nosso próprio modelo alternativo:

O que há, pois, a esperar deste Governo?

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Nova vitória!

O Orador: — Politicamente, um projecto de desvirtuação do diálogo democrático, tributário de uma concepção de confronto e bipolarização.

Culturalmente, uma política de condicionamento da liberdade criadora dos agentes vivos da cultura.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Socialmente, uma acentuação das desigualdades e dos conflitos laborais.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Economicamente, o regresso a uma afirmação mais clara de um projecto liberal conservador.

Aplausos do PS, da ASDI e da UEDS.

O Orador: — Trata-se de um projecto político que, nos seus vários aspectos, creio ser inadequado à solução dos problemas que o País vai defrontar nos próximos anos. Anos que vão ser marcados pela profunda crise internacional que já estamos a viver e que vão exigir soluções inovadoras e determinar novas transformações sociais.

As concepções do Governo ignoram duas coisas fundamentais:

A primeira é que a capacidade de resistência das sociedades democráticas depende do alargamento do consenso social em torno dos valores básicos da organização da sociedade;

A segunda é que a crise decorre de transformações estruturais profundas que tornam ineficaz o regresso a soluções e a modelos do passado.

Economicamente, vivemos o fim de uma época que, para as sociedades democráticas, se pode designar de «keynesiana», durante a qual as técnicas de gestão da procura global, com o objectivo do pleno emprego

e do bem-estar social, proporcionaram um período de crescimento económico vertiginoso e continuado. É de certo modo natural que, perante a crise e o impasse no encontrar de soluções, surgisse a tendência de regressar ao modelo liberal-conservador de capitalismo desregulado, vendo nos excessos do keynesianismo a culpa da situação presente. Nessa tendência de refluxo se insere à ascensão da direita ao poder em vários países e se insere também o projecto da AD. É natural que nem todos os que a integram assumam inteiramente essa tendência, lhe ponham até reservas ou a corrijam nalguns pontos. É, porém, ela que comanda a lógica da governação da AD e, mesmo correndo o risco de exagerar, vale a pena recordar as características essenciais daquele modelo:

Regresso a uma sujeição mais completa à lógica do mercado e às vantagens da iniciativa privada, procurando as virtudes da concorrência onde ela não existe e promovendo a desregulação administrativa da economia;

Abandono progressivo da gestão da procura global como forma de afectar as variáveis reais da economia. A longo prazo, crê-se que o mercado resolve bem os problemas do crescimento e do emprego;

Redução do peso do sector público na economia; Prioridade no combate à inflação, para que o sistema de preços e o mercado possam funcionar, aceitando que, para além de períodos em que são necessárias intervenções para quebrar as expectativas, a inflação se controla reduzindo a procura em excesso, criando um período mais ou menos prolongado de relativa recessão e desemprego, que reduzirá também as reivindicações salariais e o aumento das margens de lucro;

O desemprego é encarado como um fenómeno de curto prazo e a sua eliminação depende do crescimento económico promovido pelo investimento privado, que, para se reanimar, precisa de confiança, de aumento das margens de lucro e da redução da inflação para reduzir a incerteza;

Os trabalhadores, nesta concepção, devem reduzir as suas reivindicações salariais e de participação nas decisões económicas, a fim de criar um clima de confiança aos investidores;

O crescimento económico depende da inserção plena da concorrência nos mercados internacionais, o que implica um esforço sistemático de aumento da produtividade, uma prioridade absoluta às exportações mais adaptadas aos recursos do País e uma abertura completa aos investimentos estrangeiros.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Este conjunto de soluções revela-se inadequado à ultrapassagem da crise e não tem em conta que esta ocorre após um período de profundas alterações estruturais que tornam ilusório o regresso a soluções passadas.

Daí resulta a impotência do pensamento económico perante uma situação conjuntural em que pela primeira vez a inflação não responde à recessão e ao desemprego e este não desaparece com a expansão. Não são, assim, bastantes as soluções monetaristas ou keynesianas de mera manipulação dos agregados nacionais pela gestão da procura global.

O problema central das sociedades democráticas modernas reside na dificuldade de conciliação da democracia e do sistema de economia privada com as reivindicações dos vários grupos sociais, que excedem as possibilidades da produção disponível. Em período de crise e recessão, acentuam-se os conflitos sociais, agudiza-se a procura da igualdade. Os mecanismos de acumulação e distribuição estão assim no centro da crise contemporânea.

Uma solução que não destrua o conjunto de direitos e instituições que constituem a matriz básica dos valores e da organização destas sociedades exige seguramente novas soluções, novos consensos e um aprofundamento daquilo que João XXIII designava como «o crescimento da socialização da vida moderna» — um aprofundamento da rede de relações, de solidariedades e de intervenções sociais.

Requer também a abertura a novos valores, novos padrões de vida que condicionam a necessária transformação do modelo de produção e consumo em que temos vivido. A abertura cultural, que implica a revisão de valores, determina a importância de novos movimentos sociais a que os partidos políticos têm de estar atentos.

As novas soluções implicam ainda o reconhecimento de que a livre concorrência nos mercados é cada vez menor e que a distribuição dos recursos é dominada pela interacção do poder económico privado com as autoridades públicas.

O mercado antecipa mal o futuro e não opera só por si as transformações que a questão das matérias-primas e da energia torna indispensáveis. Não permite também responder a novas necessidades sociais nos domínios do ambiente, da ecologia, dos tempos livres, da cultura.

São necessárias, pois, intervenções do lado da oferta, directamente nas estruturas produtivas, através da promoção e orientação selectiva do investimento; intervenções nas condições de formação dos preços, no funcionamento do mercado de emprego, na aplicação de uma política de rendimentos.

Estas intervenções não implicam o desaparecimento do sector privado nem o crescimento do sector público, através das despesas do Estado ou de novas nacionalizações. São intervenções de novo tipo, mais microeconómicas que globais, mais selectivas e descentralizadas, mas que conduzem àquilo que o liberal Keynes designava como a «socialização do investimento» como meio de promover o pleno emprego. É a actividade de investimento e a orientação deste em ligação com mecanismos de repartição promotores de maior igualdade que estão fundamentalmente em causa. Não está em causa dispensar o mercado na sua função essencial de regulação da economia, enquanto mecanismo de expressão livre da procura e de medida dos resultados das empresas. Importa é corrigi-lo e completá-lo com os adequados mecanismos de planeamento.

Neste quadro, as soluções que oferecemos para os problemas da economia são bem diferentes das que correspondem ao modelo liberal-conservador da AD, obedecendo, pois, a outras concepções:

A inflação não depende apenas de um excesso de procura global, antes apresenta causas estruturais ligadas às condições de oferta de bens e da evolução dos custos e das condições de formação dos preços, e o seu controlo exige,

assim, uma nova política de investimentos e a adopção de uma política de preços e rendimentos;

O desemprego não é apenas o resultado de uma recessão de curto prazo que o mercado corrigirá, mas é causado por desenvolvimentos estruturais distorcidos.

Torna-se, assim, necessária uma política activa de investimentos públicos e uma grande selectividade na ajuda ao investimento privado, bem como programas específicos dirigidos à promoção do emprego;

Os direitos dos trabalhadores, a nível global e da empresa, devem ser consolidados e não reduzidos. As consequências impostas pela crise implicam maior participação das decisões que afectam a orientação do investimento e os mecanismos da repartição;

A inserção internacional da economia não pode ser realizada de acordo com o modelo liberal de dependência. É necessária a existência de um sector público nas indústrias de base que constitua um núcleo de crescimento autónomo que, em ligação com o sector privado, consolide centros de decisão nacional.

O Sr. Carlos Laje (PS): — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Estes são, pois, alguns dos traços do modelo global alternativo que enquadrará a nossa actividade de oposição ao Governo na actuação concreta que este vier a ter e que hoje aqui não quis revelar através do programa que nos devia ter apresentado.

Se este quadro breve que tracei é suficiente, por agora, para fundamentar a nossa falta de confiança neste Governo para resolver os problemas económicos, sobejam-nos também os motivos de desconfiança no domínio político.

As ideias e as práticas do Governo no decurso deste ano são de molde a criar as mais sérias dúvidas sobre a sua concepção do funcionamento das instituições, das condições do diálogo democrático, do respeito pelos direitos da oposição.

Ao contrário do que o Governo parece pensar, a democracia não se caracteriza exclusivamente como um sistema de governo de maioria.

A democracia é um diálogo permanente entre governantes e governados e isso exige a expressão livre dos interesses das minorias, que têm de ver os seus direitos respeitados e garantido o pluralismo nas instituições e nas diferentes instâncias do tecido social. A democracia não se esgota nem acaba no momento das eleições, passando seguidamente a maioria a utilizar autoritariamente o «quero, mando e posso» em todos os níveis da vida social.

Não nego, obviamente, a legitimidade do Governo para usar, com critério, os mecanismos da autoridade, a fim de cumprir o seu programa. Não é isso o que está em causa. O que inquieta são os inúmeros sinais

de que o Governo e a maioria não desejam o diálogo democrático nem o pluralismo, mas antes o domínio absoluto das instituições. É longa a lista desses sinais:

Desejo de reduzir o poder moderador exercido pelo Presidente da República, não lhe chegando a solidariedade institucional, querendo também a política. Isto é, um Presidente à trela do Governo;

Contrôle absoluto da comunicação social, transformada escandalosamente em máquina de propaganda do Governo;

Desejo de uma vida cultural domesticada pela ausência de apoio às actividades que não agradem politicamente ao Governo. Não é por acaso que o mundo da cultura, sentindo-se ameaçado, se manifesta contra o Governo e que as maiores personalidades da nossa cultura apoiam a candidatura do actual Presidente da República contra o candidato da AD;

Intenção de alterar a Lei Eleitoral, por forma a favorecer os interesses da maioria;

Política de saneamentos na Administração Pública «por mera conveniência de serviço», afectando a independência e a responsabilidade, em particular, dos gestores públicos;

Intenção de promover uma revisão constitucional à imagem do projecto da maioria, recorrendo, se necessário, à via referendária para plebiscitar o seu próprio projecto.

Tudo isto revela desrespeito pelo pluralismo e pelos direitos das oposições. Diz o Governo que quer o diálogo, que quereria mesmo o acordo de regime. Naqueles termos, porém, não existe diálogo, existe imposição. Não se pretende a negociação, pretende-se a abdicação.

O papel da oposição reduzir-se-ia, assim, a um apêndice decorativo, talvez útil, para mostrar ao estrangeiro. Outra é a forma como entendemos o papel da oposição e como contamos exercê-lo.

Seremos oposição lutando, em primeiro lugar, pela difusão do nosso projecto económico, social, cultural e político. Não como exercício de contrapoder, mas como afirmação de uma alternativa de poder. Procurando inserir aquele projecto concretamente na vida social em ligação às aspirações e reivindicações legítimas de grupos e movimentos sociais, que é preciso estimular e promover sem absorver.

Seremos oposição consciente de que, sobretudo em situação de crise, o diálogo com o Governo e a maioria é necessário, a fim de que as pressões sobre o sistema não excedam a sua capacidade de resposta.

Seremos, assim, oposição disposta a dialogar também no que se refere à revisão constitucional. Apresentámos, no contexto da FRS, linhas gerais de orientação nesta matéria que revelam a nossa abertura a uma revisão estabilizadora que liberte a Constituição de muitas expressões ideológicas que impedem actualmente que um consenso mais vasto se estabeleça em torno da lei fundamental.

Não poderemos, porém, dialogar verdadeiramente, se o Governo não se dispuser a respeitar os direitos da oposição, a garantir o indispensável pluralismo na vida social, a assegurar a manutenção de regras que tornem possível a alternância democrática, sem a qual o sistema fica bloqueado à mercê de qualquer tentativa de rotura.

O papel de uma oposição consequente não se manifesta no mero radicalismo verbal, mas na sua capacidade de influenciar a evolução da sociedade e de se constituir em alternativa de poder.

Reduzida a apêndice decorativo por alteração enbiesada da Lei Eleitoral, a oposição correria o risco de ser meramente retórica.

Afastada do consenso democrático para influenciar a revisão da lei fundamental por via do referendo, a oposição correria o risco de ser considerada quase desnecessária.

Daí que a tarefa essencial da oposição, no imediato, seja a de lutar pelas garantias que lhe permitam exercer plenamente o seu papel.

Isso mesmo explica o sentido do nosso empenhamento nas eleições presidenciais, em que nos opomos ao candidato da AD. Explica também a desconfiança política que este Governo nos merece, sendo certo que bastava a nossa discordância e oposição ao seu projecto sócio-económico para que lhe tivéssemos sempre de recusar qualquer voto de confiança.

Como é natural, uma oposição consequente confia apenas em si própria.

Aplausos do PS, da ASDI, da UEDS, do MDP/CDE e de alguns deputados do PCP.

O Sr. Presidente: — Inscreveram-se para pedir esclarecimentos três Srs. Deputados.

Tem a palavra o Sr. Deputado Amândio de Azevedo.

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Há certas passagens da intervenção do Sr. Deputado Vítor Constâncio que me levam a fazer alguns comentários e a formular-lhe algumas perguntas.

O comentário é o seguinte: eu gostaria de não ouvir da bancada do Partido Socialista argumentos que não são próprios de um partido democrático, mas sim de partidos que não jogam a democracia, que estão sempre a inventar defeitos nos adversários porque não querem fazer o jogo limpo da confrontação de ideias.

Protestos do PS.

Sr. Deputado Vítor Constâncio, perdoe-me o tom um pouco emotivo das minhas perguntas, mas é que há afirmações que não condizem de maneira nenhuma com o conceito que tenho a seu respeito e que, aliás, já tive oportunidade de formular ao longo de vários anos, e em circunstâncias onde tivemos ocasião de lutar, sem que me tivesse apercebido de divergências, pelos mesmos objectivos e ideias.

Sr. Deputado Vítor Constâncio, como é que é possível, responsávelmente, acusar a maioria de, através da modificação da Lei Eleitoral, pretender impedir o exercício dos direitos da oposição, quando o que está em causa, pura e simplesmente, é um direito inalienável de qualquer deputado desta Assembleia da República fazer as propostas que entender convenientes para alterar as leis que existem neste país?

E lembro-lhe, Sr. Deputado Vítor Constâncio, que o seu partido é que tem responsabilidades pelo facto de haver entorses graves à democracia no campo eleitoral, porque não consentiu, com o apoio do Partido Comunista, que os emigrantes tivessem, na definição do projecto político português, o peso correspondente ao seu número e à sua importância.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

Eu já aqui afirmei, e recordo-lhe uma vez mais que fiz parte da comissão que preparou a primeira Lei Eleitoral, o argumento que então ouvi da boca de representantes do Partido Socialista e do Partido Comunista, irmãos no mesmo propósito, no mesmo objectivo, porque naturalmente os seus interesses estavam também coincidentes. O argumento era o de que os emigrantes não podiam interferir na definição do projecto político nacional, já que não se interessavam pelo País, e que, por isso, não se poderia de maneira nenhuma consentir que eles influenciassem a nossa vida e a definição do nosso projecto político. Ora, eu pergunto se isto são coisas que sejam compagináveis com conceitos de verdadeira democracia.

Como é que é possível que a oposição acuse a maioria sem invocar a mínima razão e recorra a argumentos, como seja, nomeadamente, o projecto de alteração da Lei Eleitoral que aqui apresentámos? Diga-me, Sr. Deputado, onde é que está a norma que prove que o mesmo é incompatível com o são funcionamento das instituições democráticas e com o respeito pela alternativa do poder.

O Sr. Carlos Laje (PS): — Essa é de homem!

O Orador: — Outra questão, para não me alongar mais, é a das relações entre os partidos políticos e os candidatos presidenciais. Então, Sr. Deputado Vítor Constâncio, não foi o Partido Socialista que teve longas conversações com o candidato que apoia, embora não na sua totalidade e precisamente por isso, para chegar a um acordo a que não se quer chamar acordo, mas base de entendimento, quando é uma e a mesma coisa, acordo que não é revelado e que fica secreto, acordo através do qual o Partido Socialista procura desvalorizar as eleições legislativas e alcançar, através da eleição presidencial e desvirtuando o papel do Presidente da República, aquilo que não alcançou nas eleições legislativas, procurando, assim, de alguma maneira compensar a derrota que sofreu — e foi a segunda — nas últimas eleições do dia 5 de Outubro?

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

Como é que é possível que se dirijam acusações à maioria, que se limitou naturalmente, para apoiar um candidato, a fazer uma declaração de intenções políticas e que naturalmente, havendo coincidência, sem conversações, sem influenciar ninguém, se limitou a dizer: «nós pensamos assim, e se V. Ex.^a pensar deste modo, nós estamos dispostos a apoiar a sua candidatura»?

Risos do PS, do PCP e da ASDI.

Não se riam, meus amigos. Não se riam, porque em política é sempre assim, nos partidos e em toda a parte. É que no Partido Social-Democrata estão as pessoas que concordam com o programa do Partido Social-Democrata. Apoia o candidato à Presidência da República General Soares Carneiro quem concorda com as suas ideias.

Risos do PS.

Os meus amigos riem-se porque se determinam por interesses e não por ideias. O Partido Socialista apoia o candidato Eanes porque é a forma de evitar a derrota que sofreu em 5 de Outubro passado.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

Eu podia continuar os meus comentários e as minhas perguntas, mas não quero que os incidentes ultrapassem as intervenções, mesmo quando elas estão recheadas de temas e de assuntos como aqueles que o Sr. Deputado Vítor Constâncio focou.

O Sr. Salgado Zenha (PS): — Esteja à vontade, Sr. Deputado.

O Orador: — Mas, na realidade, Sr. Deputado Vítor Constâncio, pode ser que haja alguma razão oculta para que esta sua intervenção se afaste, a meu ver tremendamente, da imagem política que algumas pessoas teimam fazer a seu respeito.

Aplausos do PSD e risos do PS.

O Sr. Presidente: — Também para pedir esclarecimentos, a que o Sr. Deputado Vítor Constâncio, como é seu hábito, responderá no fim, tem a palavra o Sr. Deputado Oliveira Dias.

O Sr. Oliveira Dias (CDS): — Sr. Deputado Vítor Constâncio, nós ouvimos uma extensa e dourada exposição, como seria de esperar, acerca da perspectiva do Sr. Deputado e do seu partido sobre questões de macroeconomia e problemas com ela relacionados neste momento, mas ouvimos em duas ocasiões, no princípio e no fim, dois afloramentos francamente políticos, acerca dos quais eu gostaria de lhe apresentar duas ou três questões muito simples.

O Sr. Deputado acusou o Governo de não ter apresentado um programa de governo para os próximos quatro anos pelo facto de, segundo a sua interpretação ou segundo aquilo que disse, o Governo estar transfor-

mado; pelo menos em parte, em agente de uma campanha eleitoral para a Presidência da República e disse o Sr. Deputado que um programa de governo para quatro anos tem certamente pontos impopulares. Sobre isto gostava de lhe perguntar se não admite, mesmo com todas as suas reservas quanto à capacidade ou à imaginação do Governo e da Aliança Democrática, que um programa de governo para quatro anos pode ter e terá certamente muitos pontos aliciantes, muitos pontos que recolhem facilmente o consenso de uma grande percentagem da população portuguesa que se encontra gravemente carenciada em muitos aspectos da vida quotidiana, e não digo agora por culpa de quem.

O Sr. Deputado disse, e bem, que os programas se testam na sua execução, mas de facto daqui até Dezembro ou Janeiro não há tempo para testar coisa nenhuma. Que é que o Sr. Deputado diria, de que é que acusaria o Governo se estivesse aqui neste momento a apresentar um bom programa de governo para quatro anos, na perspectiva de eleições presidenciais a curto prazo, em que a Aliança Democrática tem um candidato que apoia e que não é o seu?

Em segundo lugar, outra questão aparentada com esta: o Sr. Deputado Vítor Constâncio, até na exposição que fez acerca do modelo alternativo para a solução dos problemas da economia portuguesa perfilhado pelo seu partido, até a propósito de donativos de obras de arte pela campanha de angariação de fundos da candidatura do Sr. General Eanes para a Presidência da República, ao longo de toda a parte final da sua alegação e, enfim, da parte mais substancial, que é que esteve a fazer? Não esteve a fazer propaganda eleitoral do Sr. General Eanes?

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Casqueiro.

O Sr. José Manuel Casqueiro (CDS): — O Sr. Deputado Vítor Constâncio falou, na sua intervenção, num problema de falta de ética democrática, razão pela qual disse que o Governo não tinha violado o aspecto constitucional mas violava a ética democrática.

Por isso, gostaria de saber se não será muito mais grave que ainda hoje se não saiba qual o acordo feito entre o Sr. Presidente da República, órgão institucional, e um partido político. É que é muito diferente um acordo feito entre um candidato a deputado e uma força partidária. É que não se tratou de um acordo entre uma força partidária e um candidato a deputado.

Julgo, pois — e creio que aqui se levanta o problema da ética democrática —, que a oposição está a atribuir ao Governo intenções claras e objectivas que é a própria oposição que as quer criar. É a oposição que quer fazer eleger um Presidente da República para gerar o confronto com o Governo e com as instituições, para impedir que o nosso país seja governado. Esse é que é o projecto subjacente ao acordo

entre um Presidente da República e uma força partidária. Essa é a questão que gostaria que o Sr. Deputado respondesse, quanto ao problema da ética democrática.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Vítor Constâncio para responder.

O Sr. Vítor Constâncio (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Começaria por pedir ao Sr. Deputado Amândio de Azevedo que, reflectindo agora nas perguntas que me colocou e portanto nas matérias sobre que elas incidem, me dissesse se de facto se justifica a indignação que revelou a propósito da minha intervenção.

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Não disse indignação.

O Orador: — Indignação, espanto, emoção, foram expressões usadas directa ou implicitamente pelo Sr. Deputado.

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — É muito diferente!

O Orador: — O Sr. Deputado fez-me uma pergunta sobre matéria da Lei Eleitoral e outra sobre relações entre partidos e candidatos presidenciais. Estas são matérias normais perante as quais, segundo penso, quer a posição que manifestei quer a posição do Sr. Deputado Amândio de Azevedo não justificam nenhuma emoção ou indignação mútuas.

Quanto ao problema da Lei Eleitoral, queria esclarecer que, mais do que fazer uma acusação, pretendo fazer uma prevenção ...

Vozes do CDS: — Ah!

O Orador: — ... isto é, definir as condições que são indispensáveis para que possa existir um verdadeiro diálogo democrático, que são aquelas que de facto permitam à oposição existir e constituir-se como alternativa de poder, tendo portanto, garantias de que nenhuma alteração da Lei Eleitoral venha pôr em causa o princípio da alternância democrática.

E, se até hoje os projectos apresentados aqui pela maioria ou pelo Governo a esse propósito não são ainda indicadores dessa intenção, há, no entanto, como o Sr. Deputado sabe, muitas ideias expressas por muitos partidários da AD que apontam claramente nesse sentido.

De resto, quero dizer-lhe que não se justifica a sua indignação ...

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Não é indignação!

O Orador: — ... a propósito do papel dos emigrantes nas eleições, visto que há muitos outros países democráticos cujas instituições não são criticadas por isso

e que têm um tratamento dos emigrantes até mais desfavorável do que aquele que actualmente existe na lei portuguesa e não deixam de ser democráticos por isso.

Quanto ao problema das relações entre partidos e candidatos presidenciais, queria dizer-lhe que as razões do apoio do Partido Socialista à recandidatura do actual Presidente da República não se destinam, ao contrário daquilo que o Sr. Deputado disse, a tentar superar a derrota eleitoral de Outubro passado. Destinam-se precisamente a lutar por aquelas garantias que são indispensáveis para que a oposição em democracia tenha um sentido, não seja mera retórica, não seja mero apêndice decorativo.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — É a luta por essas condições, que nos dão o espaço e a capacidade de influência real sobre as coisas, que nos leva a apoiar a recandidatura do actual Presidente da República.

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Se assim fosse, não se compreenderia como é que estão divididos a esse respeito.

O Orador: — De facto, muitos dos militantes e ideólogos da AD, nos projectos que avançam, não nos dão garantias de que esse espaço de influência possa ser preservado, se, de facto, certas ideias que por aí existem a propósito da Lei Eleitoral e outras mais expressas a propósito do referendo vierem a ser executadas.

O Sr. Deputado Oliveira Dias, a propósito da eventual apresentação de um programa de governo, perguntou-me se não haveria a possibilidade de, num programa para quatro anos, apresentar pontos aliciantes e não impopulares. Certamente que haveria. Simplesmente, haveria também que dizer alguma coisa de mais concreto neste momento sobre a orientação que o Governo pensa imprimir ...

O Sr. Oliveira Dias (CDS): — Dá-me licença que o interrompa?

O Orador: — Faça favor.

O Sr. Oliveira Dias (CDS): — Sr. Deputado Vítor Constâncio, essa não foi exactamente a minha questão. O que eu perguntei foi o que é que o Sr. Deputado não diria aqui se o Governo tivesse apresentado um projecto para quatro anos, aliciante ...

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Era o que devia ter feito!

O Sr. Oliveira Dias (CDS): — ..., nos termos que considera de eventual influência deste debate, ou de outro que nessa altura teria tido lugar, sobre a campanha eleitoral.

O Orador: — O problema, que eu pus, da ligação entre a metodologia utilizada pelo Governo e a campanha eleitoral que está em curso tem a ver com a pergunta que fiz e que ainda não mereceu resposta — talvez venha a merecer em próximas intervenções da bancada da maioria — e que foi a de saber por que é que, sendo o Governo responsável simultaneamente perante a Assembleia e o Presidente, escolheu esta metodologia e não a inversa, isto é, de apresentar agora a demissão e discutir aqui um programa e, junto do novo Presidente, pedir meramente a reafirmação de uma confiança que ele, perante uma maioria parlamentar que existe na Assembleia, certamente teria de conceder quase automaticamente. Parecia ser uma metodologia que criava menos dificuldades à própria governação e permitia o respeito do Parlamento e da necessidade de o Governo, para ser Governo, estar legitimado com base num programa.

Esta metodologia parecia ser a mais normal com uma interpretação parlamentarista ou mais parlamentar do nosso sistema, e não com a interpretação super-presidencialista que o Governo adoptou. Perante esta inversão da metodologia usada pelo Governo, põe-se a pergunta se de facto essa inversão não tem directamente a ver com a campanha eleitoral.

É óbvio que qualquer debate político hoje, em Portugal, seja qual for o assunto sobre que verse ou os termos em que seja feito, tem sempre a ver com a actual campanha eleitoral. Portanto, mesmo que o debate tivesse sido feito de outro modo, com certeza também teria a ver com a campanha eleitoral, porém em termos que seriam diferentes, porque, a meu ver, a intenção fundamental, do ponto de vista político, da metodologia usada pelo Governo foi a tentativa de provocar e desafiar o actual Presidente da República a tomar uma qualquer eventual atitude de demissão do Governo. De facto foi essa tentativa, aliás frustrada, que, na minha interpretação política, esteve na base da escolha da metodologia do Governo, e foi isso o que eu quis dizer.

O Sr. Carlos Laje (PS): — Muito bem!

O Orador: — Por isso, Sr. Deputado, também está respondida a sua segunda pergunta. Tudo, neste momento, tem de facto a ver com a campanha eleitoral e, sendo essa a minha interpretação, eu próprio não poderia fugir a cair no mesmo vício.

Em relação às perguntas do Sr. Deputado José Manuel Casqueiro, devo dizer-lhe que, quando eu me referi à falta de ética democrática, fui-lo não em termos de falta de ética, mas sim em termos de dizer que seria mais conforme à ética democrática que o Governo se tivesse demitido.

Aliás, sublinhei-o porque o Sr. Primeiro-Ministro também o disse. Também disse que, em condições normais, teria sido mais normal que, a seguir às eleições, o Governo se demitisse e aqui viesse pedir a sua investidura. Portanto, ele também reconheceu que há aqui princípios de ética democrática e não constitucionais, visto que a Constituição não diz ex-

pressamente que o Governo tenha de proceder assim, mas que há princípios de ética democrática que, em condições normais, levariam a proceder assim.

O Sr. Primeiro-Ministro também o reconheceu, logo a minha afirmação não surge sequer no contexto de uma acusação acintosa de falta de ética democrática. Ele depois aduziu argumentos de ordem pragmática para um comportamento diverso, argumentos esses que não me parecem convincentes e que, pelo contrário, me parecem directamente relacionados com o tal esforço de campanha eleitoral que sublinhei.

Sr. Deputado José Manuel Casqueiro, a propósito da pergunta concreta que seguidamente me colocou, quero também dizer-lhe que de facto está previsto que o dito acordo ou base de entendimento venha a ser revelado na íntegra, e quero também dizer-lhe que, quando o for, verá que o seu conteúdo não trará novidades nem situações que não sejam já neste momento todas do conhecimento do público através de variadas formas.

Portanto, não existe nenhum acordo secreto ou que contenha aspectos não conhecidos do público e a publicação em breve dessa base de entendimento vai revelar isso à evidência.

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Então por que é que não o publicaram?

O Sr. Salgado Zenha (PS): — Isso não é da sua conta.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado César de Oliveira.

O Sr. César de Oliveira (UEDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Não pretendo a UEDS, na sua primeira intervenção no debate que há momentos se iniciou, debruçar-se sobre os problemas de ordem formal que a moção de confiança, agora em apreço, possa suscitar.

Não estando em causa a discussão de um programa de Governo — que pelos vistos só em Janeiro apreciaremos —, não se estranhará que tenha de ser o passado mais recente do VI Governo o objecto central da nossa intervenção. E não se estranhará, também, que dos vários temas que poderíamos tratar afloremos apenas alguns, já que o tempo de intervenção de que o meu Grupo Parlamentar dispõe não propicia uma apreciação mais exaustiva da preocupante acção do Governo da AD.

Um dos campos onde a acção do Governo se tem revelado exemplar, e também mais preocupante, tem sido a política externa. Tal carácter exemplar resulta, sobretudo, da recente intervenção do Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros na RTP, a segunda, neste órgão de comunicação social, em escassas setenta e duas horas. E são tanto mais exemplares as opções expressas em matéria de política externa quanto é óbvio que o fundamental da política interna não é realidade independente daquela.

Disse o Sr. Prof. Freitas do Amaral que com o VI Governo tinham acabado as ambiguidades na política externa portuguesa. Na verdade, assim aconteceu: o completo alinhamento pelas posições dos Estados Unidos, o reforço do empenhamento político-militar de Portugal na NATO, a crescente participação portuguesa na corrida aos armamentos e posições e afirmações de natureza pontual próprias do retorno à «guerra fria» indiciam expressamente o modo como o Governo resolveu as ambiguidades que alega terem existido até Janeiro deste ano.

Portugal está agora, de facto, sem ambiguidades ao «lado dos Estados Unidos». «A consciência do destino europeu de Portugal», que o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros afirma ter-se entretanto maturado em Portugal, não se desenvolve, assim, na perspectiva do Governo, numa política europeia capaz de contribuir para uma Europa coesa, de modo que ela própria possa, num futuro tangível, subtrair-se à submissão dos Estados Unidos, na perspectiva de uma Europa liberta do espartilho das superpotências. Neste, como noutras domínios, a política europeia do Governo resulta do facto de, como disse o Sr. Ministro, «estarmos ao lado dos Estados Unidos». E desta posição fundamental decorrem também os novos passos que já expressamente se anunciam no sentido de colocar o nosso país, mais resolutamente ainda, ao lado de uma das superpotências: novo enquadramento para as Bases das Lajes e de Beja e a permanência de um porta-aviões num dos portos portugueses.

E este alinhamento completo com os Estados Unidos ressalta ainda mais evidente quando o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros afirma ter sido a saída da União Soviética das fronteiras do Pacto de Varsóvia a grande novidade dos últimos tempos. Tal afirmação permite-nos concluir do total apoio do Governo às resultantes mais determinantes da Conferência de Ialta, claro está, sempre ao lado dos Estados Unidos.

Na verdade, se até Janeiro deste ano havia ambiguidades na política externa, não há dúvidas de que o Governo está a desfazê-las. E não seremos nós, UEDS, que vamos abrir a boca de espanto por serem exactamente estas as opções de fundo do Governo em política externa. Há, na verdade, coerência entre uma política externa inteiramente alinhada pelas posições dos Estados Unidos e com os desígnios do seu Presidente recém-eleito, identificada com os círculos mais reaccionários e conservadores dos grandes centros mundiais de decisão e solidária com os «falcões» da NATO, e uma política interna que, no fundamental, visa reconstruir o sistema de privilégios económicos, sociais, culturais e políticos a que o 25 de Abril começou a pôr termo.

Não seremos nós que neste, como em outros domínios, acusaremos o Governo da AD de incoerência. As ambiguidades que distanciam o parecer do ser serão desfeitas nos próximos tempos e com a clareza da política e das intenções do Governo só teremos que nos congratular.

Sr. Presidente, Sr. Deputados, Srs. Membros do Governo: A política de alinhamento com os Estados Unidos, à linguagem e às atitudes da «guerra fria», ao reforço do empenhamento político-militar de Portugal na NATO e à instalação em território nacional de novas bases militares ou porta-aviões, nós contrapomos uma outra política externa determinada por outras opções de fundo, distintas das deste Governo. Uma outra política externa que participa de um projecto de sociedade que nada tem a ver com o projecto de sociedade, velho de cinquenta anos, que a AD pretende restaurar em Portugal, ainda que retocado, reconhece-o, com tintas de modernidade e adaptado aos interesses europeus mais conservadores e retrógrados. E permitam-me um breve parêntese: é que, se tais interesses conservadores e retrógrados da Europa são representados em Portugal pela AD, a verdade é que, mesmo assim, vai uma enorme distância entre, por exemplo, a democracia-cristã italiana, que lutou de armas na mão contra o fascismo de Mussolini, e a sua congénere portuguesa. Isto para não falar de outros exemplos, como da França, da Holanda, etc.

Lamento não dispor de tempo para aprofundar o simples enunciado que farei das nossas opções em política externa e que contrapomos às do VI Governo Constitucional.

À política externa deste Governo contrapomos, como disse, uma outra política externa, que tem os seus vectores essenciais no esforço pelo desanuvamento, pela paz e pela concertação internacional, na máxima diversificação possível das relações externas do nosso país, na progressiva atenuação do nosso empenhamento na NATO, na perspectiva de contribuirmos para o fim dos blocos político-militares; uma política externa animada por uma política europeia capaz de contribuir para a construção de uma Europa onde os europeus sejam inteiramente senhores do seu destino, libertos de interesses de superpotências que tantas vezes os impedem de serem sujeitos activos da sua própria história. Uma política externa e efectivamente empenhada no diálogo Norte-Sul, na perspectiva da construção de uma nova ordem económica internacional. Uma política externa que, sem abdicar dos firmes princípios basilares da democracia política e da exigência do absoluto respeito pela plena soberania dos Estados, possa tornar Portugal um país respeitado, capaz do diálogo, liberto de quaisquer subserviências.

E não se diga que uma política externa assim balizada não é adequada a um país de pequenas dimensões que não pode comportar orçamentos militares onerosos, um país sem inimigos visíveis nas suas fronteiras, sem reivindicações territoriais e que, pelo menos até Janeiro deste ano, não corria o risco de ser envolvido em conflitos ou políticas alheias onde não estão sequer em jogo interesses imediatos que lhe digam respeito. A AD e o seu Governo costumam acusar os que dela discordam nesta matéria de terceiromundistas ou servidores de políticas alheias, quando,

afinal, é o seu próprio Governo fiel servidor dos Estados Unidos.

Gostaria, para concluir, de deixar bem claro que a UEDS não pode aplaudir — antes condena — a hipocrisia daqueles que protestam contra as ingerências político-militares no Afeganistão ou na África e se mostram relativamente benévolos para soluções autoritárias e fascistas como a que ocorreu recentemente na Bolívia, donde, que me conste, não foi chamado a consultas o embaixador português acreditado em La Paz. Não podemos aplaudir — antes condenamos — os que fingem apoiar os operários polacos, mas reprimem, directa ou indirectamente, os trabalhadores portugueses e silenciam sempre as ingerências dos Estados Unidos, como ocorreu recentemente na Jamaica, onde Michael Manley foi também derrotado em virtude dessas mesmas ingerências. Nuns casos como outros, como de resto sempre, o que está em jogo é o direito inalienável de os povos poderem dispor inteiramente de si próprios e dos seus próprios destinos colectivos. Mas isto tem a ver com princípios inerentes ao socialismo democrático, o que, obviamente, nada tem de comum com o Governo ou com as bancadas parlamentares que o apoiam.

Aplausos da UEDS, PS, PCP e MDP/CDE.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Azevedo Soares para um pedido de esclarecimento.

O Sr. Azevedo Soares (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Esta intervenção do Sr. Deputado César de Oliveira sobre política externa, em que procurou depois retirar algumas ilações para a política interna do Governo, pareceu-me — com uma outra linguagem, por vezes mais civilizada, talvez mais democrático-socialista — a mesma questão sistematicamente colocada nesta Câmara pelo Sr. Deputado Mário Tomé.

De facto o Sr. Deputado César de Oliveira entende a política externa como a política da NATO. Ora, não vi que referisse outros aspectos, a não ser incidentalmente alguns apontamentos históricos, quanto à natureza e à eficiência da política externa de Portugal. Procurou apenas, ao retirar de um contexto de toda uma intervenção do Sr. Vice-Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros, uma frase que é: «ao lado dos Estados Unidos», tirar ilações no sentido de ser, por parte do Governo de Portugal, a recuperação da «guerra fria», a aceitação inalterável do que é a Conferência de Ialta. Mas não ouvi, por exemplo, o Sr. Deputado referir-se a outras coisas importantes, como sejam a Conferência de Madrid, não ouvi sequer que tivesse tomado posições claras — antes pelo contrário, deixou de alguma forma subentendida a sua posição, não direi favorável, mas pelo menos tolerante, relativamente à intervenção da União Soviética no Afeganistão.

Não vejo que o Sr. Deputado tenha, ao referir-se à política europeia, revelado — aí sim — a profunda ambiguidade que residiu em toda a sua intervenção e que não tenha consciência de que é porta-voz, na coligação pela qual foi eleito, dessa mesma ambiguidade.

Eu pergunto ao Sr. Deputado que Europa é que o Sr. Deputado quer construir contra o Mercado Comum e contra a NATO, porque reparo que o partido em que V. Ex.^a se integra tem manifestamente atacado a posição de Portugal no Mercado Comum e a posição de Portugal na NATO. Eu pergunto se a Europa que V. Ex.^a deseja é a Europa desarmada, isto é, se, contra a agressividade sistemática e persistente da União Soviética, V. Ex.^a deseja uma Europa onde as economias estejam completamente separadas, se V. Ex.^a tem uma ideia da Europa à século xv.

É esta ambiguidade que existe dentro de si mesmo e de que V. Ex.^a é porta-voz na coligação que o elegeu, e isso, sim, é que é ambiguidade, porque o facto de o Sr. Vice-Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros dizer que está ao lado dos Estados Unidos significa uma coisa muito simples, Sr. Deputado: é que está ao lado.

Uma voz do PCP: — Dos factos!

Risos do PCP.

O Orador: — Srs. Deputados, já sei que estão ao lado da União Soviética, mas isso é outra questão — o problema é vosso!

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Estão dentro!

O Orador: — O estar ao lado dos Estados Unidos, dizia eu, é uma questão muito importante, que é a da própria liberdade, que é a questão da democracia pluralista, que é a possibilidade de construir uma Europa livre e independente de blocos ou de pressões, mas essa constrói-se com os aliados que respeitam a pessoa humana, com os aliados que respeitam a liberdade e não com aqueles que utilizam os seus tanques para destruir a liberdade dos outros.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Presidente: — Para responder ao pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado César de Oliveira.

O Sr. César de Oliveira (UEDS): — Sr. Deputado Azevedo Soares, eu gostaria de ter tempo ...

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Tempo e capacidade!

O Orador: — ... para lhe responder exaustivamente e como a sua correcta interpelação merecia. Simplesmente não referi outros aspectos da política externa portuguesa porque dispomos apenas de trinta e seis minutos para intervir neste debate.

Sendo assim, se V. Ex.^a considerar as minhas respostas no tempo do seu partido, eu responderei às inúmeras e complexas questões que levantou.

Vozes do CDS: — Olha o golpe!

O Sr. Azevedo Soares (CDS): — Quando o seu grupo parlamentar tiver quarenta e seis deputados terão o mesmo tempo. Registo apenas a sua preferência pelo tema NATO.

O Orador: — Gostaria apenas de lhe dizer que a minha posição não é nada ambígua no que respeita à invasão do Afeganistão pela União Soviética. Eu manifesto-me é contra aqueles que choram lágrimas de crocodilo por essa invasão e que ficaram calados ou mudos quando os Estados Unidos invadiram a República Dominicana, perpetraram o golpe fascista de Pinochet no Chile, que silenciaram o golpe fascista na Bolívia ou que nada dizem quanto às ingerências dos Estados Unidos na República da Jamaica. É contra isto que eu protesto. Não sou ambíguo, pois também condeno, e veementemente, a invasão do Afeganistão pela União Soviética. Quanto às outras invasões, registo o silêncio das bancadas da AD.

Por outro lado, Sr. Deputado Azevedo Soares, referi um aspecto muito importante da intervenção do Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros na televisão: é que este Sr. Ministro disse que o grande facto novo na política mundial era o facto de a União Soviética ter saído para fora das fronteiras do Pacto de Varsóvia. Quer isto dizer que se essa invasão tivesse tido lugar dentro das fronteiras do Pacto de Varsóvia não havia problema, assim como os Estados Unidos invadem a República Dominicana dentro da sua zona de influência ou fazem outras patifarias por esse mundo fora sem que haja qualquer problema.

Esta é a concepção do mundo dividido e espartilhado em zonas de influência, em blocos militares. Nisto não há ambiguidade?

Vozes do CDS: — Pois não!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Roseta.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: No uso do nosso tempo regimental, vou dar um muito breve esclarecimento ao Sr. Deputado César de Oliveira.

É notório o facto de o Sr. Deputado César de Oliveira só agora ter vindo para a Assembleia. Mas o que é lamentável é que não tenha acompanhado a actividade política desta Assembleia, tanto mais que, ao que parece, o Sr. Deputado era pretendente ao lugar que ocupa, circunstância que o deveria ter levado a seguir com atenção os trabalhos parlamentares dos últimos anos, ou então a não fazer afirmações gratuitas e não comprovadas.

O Grupo Parlamentar do PSD — é este o brevíssimo esclarecimento que pretendo prestar —, sempre que haja violações dos direitos do homem e das liberdades fundamentais, seja onde for que elas se pratiquem, tem-nas condenado por igual.

Tanto eu como muitos outros colegas meus temos repetidamente afirmado que não há prisões boas e prisões más, que não há totalitarismos bons e totalitarismos maus. Todas as agressões à independência dos povos e todas as violações aos direitos da pessoa humana são condenáveis.

Foi aliás por isso mesmo que, ao contrário do que o Sr. Deputado César de Oliveira afirmou — o que lamento —, nós condenámos em repetidas votações a situação criada no Chile pelo golpe de Pinochet.

Foi também por isso que a Comissão de Relações Internacionais do PSD — e encontra-se presente o seu presidente, Dr. Pinto Balsemão — condenou o golpe militar ocorrido na Bolívia.

Portanto, Sr. Deputado César de Oliveira, não volte a fazer afirmações não provadas. O mais que poderá dizer é que nós consideramos, porque essa é justamente a nossa opinião, o imperialismo da União Soviética como sendo o mais perigoso. Nós consideramos que aquele país que viola os direitos fundamentais da pessoa humana e a independência dos povos é a União Soviética. Este facto é hoje comummente aceite, até mesmo, e curiosamente, por pessoas situadas na chamada extrema-esquerda europeia, como certamente não ignorará.

Por todos estes motivos, dê-nos a liberdade de fazermos os qualificativos e as graduações que entendermos, mas não nos ponha na boca, no coração ou nos factos atitudes que nunca tomámos é que a nossa própria história e a composição desta própria bancada, nomeadamente em relação a alguns dos seus membros, que só não cito para não ferir a sua modéstia, não permitem nem autorizam.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado César de Oliveira.

O Sr. César de Oliveira (UEDS): — Sr. Deputado Pedro Roseta, registo com prazer a explicação que me deu. Simplesmente, não me referi nunca ao facto de o PSD ter ou não ter protestado contra aqueles factos, uma vez que o objecto da minha intervenção foi o Governo e não a individualização deste ou daquele partido.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Gostaria de chamar ainda a sua atenção para o facto de ter sido o próprio Sr. Primeiro-Ministro hoje à tarde quem se referiu apenas a um dos lados do problema, a um dos blocos, sem nunca ter referido o outro.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Porque esse é o mais perigoso!

Risos do PCP.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Que lástima!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Coimbra.

O Sr. Luís Coimbra (PPM): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: O PPM congratula-se com a democrática decisão do Governo em apresentar uma moção de confiança a esta Assembleia, tendo em vista a prossecução do seu mandato até à formação, dentro de breves semanas, de um novo Governo AD após a eleição de um novo Presidente, por imperativo constitucional.

A eventual decisão maioritária desta Câmara em reiterar no final deste debate a confiança na actuação do Governo mais não representa do que uma simples ratificação da confiança depositada nas últimas eleições legislativas pelo povo português na AD e num Governo que perante inúmeras dificuldades conseguiu em tão curto prazo de tempo iniciar a recuperação de Portugal.

Quase três milhões de portugueses depositaram neste Governo e nos três partidos que compõem a AD a sua confiança, reforçando numericamente a maioria, quer em representatividade parlamentar, quer em número de sufrágios.

A vitória alcançada nas eleições de 5 de Outubro de 1980 por uma coligação de partidos democráticos foi de facto a melhor maneira de Portugal comemorar simbolicamente um 5 de Outubro que foi marco fundamental na obtenção da nossa dignidade e liberdade plenas como Estado soberano no concerto das nações — o 5 de Outubro de 1143.

O Governo iniciou de facto este ano a recuperação de Portugal, após um período de degradação contínua ocorrida ao longo de mais de setenta anos, quarenta e oito anos dos quais vividos sob a ditadura da II República, que, juntamente com a degradação ocorrida antes do 28 de Maio e logo a seguir ao 25 de Abril, nos haviam colocado quase que irremediavelmente na cauda da Europa.

A recuperação iniciada não foi fácil. No campo da política interna, o Governo e a chamada escassa maioria da AD viram-se confrontados com uma oposição demagógica conturbada pela ausência de objectivos realistas, que não fossem o simples «bota-abajo», caluniadora e mentirosa por obliteração em muitas circunstâncias dos mais elementares preceitos ético-políticos, consciente à partida da sua derrota por inexistência de um projecto alternativo ao da AD que pudesse oferecer aos Portugueses um mínimo de credibilidade.

Igualmente o enquadramento internacional em que o Governo se moveu ao longo do seu mandato não augurava vida fácil, não propriamente pelas suas componentes políticas, mas pela crise económica, financeira e energética que paira no mundo e em particular na Europa.

A alta finança e tecnocracia internacionais estavam há longos anos habituadas a penetrar em Portugal como se de domínios seus se tratasse.

E se é certo que poucos desses interesses têm a ver com os interesses dos governos dos países de origem, também não é menos verdade que poucos desses interesses esperavam uma vitória da AD em 2 de Dezembro. Daí a sua expectativa quanto à aplicação prática do nosso programa no primeiro ano de actuação da AD na esfera governativa.

Hoje, volvidos onze meses de acção positiva do Governo, temos inteira certeza de que nem nos próximos dois meses nem nos próximos quatro anos a AD, através do seu actual Governo ou de um outro após as eleições presidenciais, sucumbirá ou se deixará envolver por interesses que não sejam os de Portugal, do povo português e da perenidade do nosso território e da nossa cultura.

Hoje confiamos que o programa da AD, expresso no seu plano a médio prazo e nos seus planos e

orçamentos anuais, não sucumbirá aos interesses e à avidez tecnicista das tecnologias degradantes com que no passado outros quiseram fazer assentar as bases do nosso desenvolvimento económico. Hoje confiamos que não sucumbiremos nem nos sujeitaremos, por isso mesmo, e entre muitos outros exemplos, a um ordenamento e exploração florestal apenas subordinado aos interesses a curto e médio prazo das indústrias de celulose e em detrimento da agricultura; que não nos sujeitaremos, por isso mesmo, ao açambargamento por interesses tecnicistas dos direitos históricos dos povos e comunidades locais sobre os seus bairros; que não nos sujeitaremos, enfim, ao povoamento florestal extreme das serras e dos campos de Portugal com o correspondente despovoamento humano e a inerente impossibilidade futura de descentralizar demograficamente o País, libertando as zonas suburbanas e os grandes centros urbanos da progressiva proletarização e degradação.

Logicamente e por maioria de razão confiamos que o Governo e a sua maioria não irão satisfazer, como até aqui o não têm feito, a apetência de certos sectores económicos que apressadamente defendem uma política energética de bastidores em que tudo gira à volta — para quem sabe ler nas entrelinhas — de um projecto nuclear que necessita de aqui ser discutido e que no mínimo seria a todos os títulos o maior compromisso financeiro internacional e tecnológico jamais assumido por Portugal num único projecto em todo este século; como jamais compreenderíamos o simples encerramento de linhas de caminhos de ferro no interior, como é o caso das linhas do Sabor, do Corgo e do Tâmega.

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Recusamo-nos a pensar que se levantem dúvidas quanto à utilidade social em manter e melhorar essas linhas de comunicação ferroviárias, essenciais às populações do interior, ao mesmo tempo que haja quem considere socialmente útil o esbanjamento de dinheiros públicos na construção de uma auto-estrada entre Lisboa e Cascais.

Que fique bem claro que esta nossa declaração, longe de constituir uma acusação a este Governo, mais não é do que a recordação daquilo que vitoriosamente combatemos no passado, quando as oposições hoje aqui presentes estavam no Poder e velada ou descaradamente todos os seus programas apontavam para estes absurdos. As nossas palavras são uma afirmação clara de que o PPM, democraticamente mas pela sua parte, não está disposto, e tem a certeza de que este Governo não está disposto, a que a política de desenvolvimento do País se sujeite aos desígnios economicistas de interesses corporativos ou tecnicistas que nos procuraram governar no passado.

O Sr. Manuel Moreira (PSD): — Muito bem!

O Orador: — A tecnocracite e a sua colonização cultural não têm pátria, não escolhem partidos, nem governos, nem ideologias, apenas pairam ou procuram pairar sobre tudo e todos. Mas a civilização industrial, o seu inerente modelo de sociedade centralizado, macrocéfalo e assente em tecnologias predominante-

mente antidemocráticas, tem os dias contados, pela inevitabilidade da exaustão e progressivo agravamento dos custos energéticos, na obtenção das matérias-primas essenciais em que todo o desenvolvimento deste século assentou. Há que ter consciência que o milagre económico operado este século nas nações europeias de melhor nível de vida que o nosso mais do que o seu próprio e legítimo orgulho de ontem representa antes de mais o grande pesadelo dessas comunidades para o próximo futuro.

A AD tem nas suas mãos e no seu programa a possibilidade real, concreta e viável de evitar erros crassos em matéria de desenvolvimento e arrancar decisivamente para o progresso. Na pessoa do Sr. Primeiro-Ministro, Dr. Sá Carneiro, e na do Vice-Primeiro-Ministro, Prof. Freitas do Amaral, saudamos pois o espírito de mudança com que se iniciou a recuperação nacional e que está a criar as bases de um governo para quatro anos, que mudará em liberdade Portugal para melhor, tal como prometemos ao povo português e este redobrada e solenemente nos exige com a confiança em nós depositada nas últimas eleições.

Aplausos do PPM, do PSD e do CDS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Cravinho para pedir esclarecimentos.

O Sr. João Cravinho (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Acabo de ouvir o Sr. Deputado Luís Coimbra, sempre com muito gosto, mas ficou-me uma grande perplexidade. Pareceu-me que, aliás na sequência de outras intervenções da maioria, se inverteram as situações. Julgo que é a maioria que está a querer ganhar a confiança do Governo e está portanto a colocar toda a Câmara numa situação que me parece mesmo um bocado ridícula.

Gostaria de perguntar ao Sr. Deputado Luís Coimbra se, ao falar, por exemplo, da auto-estrada Lisboa-Cascais, entre outras coisas, referindo explicitamente que não se trata de uma crítica ao Governo, é afinal um elogio que faz ao Governo ao falar desse modo.

O Sr. Presidente: — Tem também a palavra para o mesmo fim o Sr. Deputado Lopes Cardoso.

O Sr. Lopes Cardoso (UEDS): — Sr. Deputado, desculpe-me á que lhe faça a pergunta muito rapidamente e sem grandes considerandos.

Se bem entendi, o Sr. Deputado disse que estaria certo que o Governo não seguiria uma política que classificou de tecnocrática submetida a determinados interesses, etc., etc. — desculpe-me os etc. Pergunto-lhe, pois, se daí devo concluir que o PPM está seguro que o Governo voltará atrás na decisão que tomou de avançar com o projecto do Alqueva que, tanto quanto sei, no entender do PPM, tem todos esses defeitos apontados na adjectivação utilizada pelo Sr. Deputado.

Desculpe-me este estilo de metralhadora, ao fazer tão rapidamente a pergunta, mas comprehende tão bem como eu, já que está em situação relativamente semelhante, o nosso problema de tempo.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Coimbra para responder.

O Sr. Luís Coimbra (PPM): — Procurarei também responder rapidamente, porque o nosso problema de tempo é semelhante ao vosso.

O Sr. Deputado João Cravinho pergunta-me o que se passa com a auto-estrada Lisboa-Cascais, que considero um absurdo, e também o que se passa em relação a uma eventual ou hipotética ideia de acabar com algumas ligações ferroviárias em algumas linhas do Norte. Devo dizer-lhe que tudo isto são projectos que não foram concebidos pela AD, era um dos muitos pacotes de projectos resultados de anteriores governos e felizmente que nem todos estavam concretizados. Não é da responsabilidade da AD que exista hoje em Portugal o maior terminal cerealífero da Europa, não é da responsabilidade da AD que exista hoje em Portugal a maior refinaria da Europa e maior do que as que existem na Arábia Saudita, não é da responsabilidade da AD o arranque da primeira fase do complexo petroquímico de Sines, não é da responsabilidade da AD a própria concepção do projecto de auto-estrada para Cascais, que felizmente ainda não está adjudicada. Portanto, confiamos que essas decisões possam voltar atrás, porque o Governo é democrático, a maioria é democrática e o Sr. Deputado João Cravinho também é democrático quando faz essa pergunta pertinente.

Quanto ao Sr. Deputado Lopes Cardoso, devo dizer igualmente que a questão do Alqueva para nós se resume desta forma: em contactos com o Governo limitámo-nos, independentemente da concepção, que julgamos errada, do projecto do Alqueva, e da nossa apresentação de um projecto alternativo com o qual se podem alcançar os mesmos objectivos, a pôr a questão de que o projecto é eventualmente viável se a Espanha garantir nos próximos vinte e cinco anos os caudais em que assenta toda a actual concepção do projecto. Não devem ser as autoridades portuguesas nem as direcções-gerais, nem o Gabinete Coordenador do Alqueva, que está directamente implicado com a continuação do projecto na sua actual dimensão e concepção, a garantir os caudais que vêm de Espanha. É evidente que se as autoridades espanholas disserem que não há nada no convénio luso-espanhol que garanta esses caudais, logicamente o Governo vai com certeza voltar atrás com uma decisão, frise-se, que ainda não está sequer a nível de Conselho de Ministros, segundo julgo, cimentada, já que estão a ser adjudicados novos estudos de novas tentativas de valia de um projecto a nível internacional.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Lopes Cardoso.

O Sr. Lopes Cardoso (UEDS): — Posso então concluir daí, Sr. Deputado Luís Coimbra, que para o PPM o único problema do Alqueva é um problema de caudais?

O Sr. Luís Coimbra (PPM): — Como acabei de dizer-lhe, Sr. Deputado, posso ceder-lhe, como já cedi ao Sr. Deputado Gomes Fernandes, o nosso projecto alternativo que é totalmente diferente e que também permitirá a produção de electricidade, agricultura diversificada, abastecimento de água às populações, etc.

O Sr. Presidente: — Lembro aos Srs. Deputados de que estamos a discutir mais uma moção de confiança do que o projecto do Alqueva.

Já ultrapassámos a hora regimental e antes de encerrar a sessão cumpre-me informar a Câmara ...

O Sr. José Niza (PS): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. José Niza (PS): — Sr. Presidente, o entendimento com que ficámos da reunião que se fez para discutir a organização deste debate era o de que a hora regimental para o seu final não seria rigidamente as 20 horas, mas sim que se preenchessem hoje quatro horas na totalidade e globalidade do debate.

Assim, pergunto à Mesa qual o tempo gasto nas intervenções que hoje foram feitas e queria também saber como é que este problema se resolve se a sessão for efectivamente interrompida.

O Sr. Presidente: — Posso dizer-lhe, Sr. Deputado, que o tempo exactamente útil da sessão de hoje foi de aproximadamente cem minutos, isto é, uma hora e quarenta minutos. A prossecução dos trabalhos nessas condições implicava a realização de uma verdadeira sessão nocturna. Tenho a impressão — eu não quero trair o pensamento do consenso celebrado na reunião dos grupos parlamentares — que ficou estabelecido que aquela limitação do terço não vigoraria hoje e que transitariam os tempos totais para amanhã.

Pedia, se esta interpretação não for inteiramente exacta, o favor de algum Sr. Deputado a corrigir.

Tem a palavra o Sr. Deputado Amândio de Azevedo.

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Efectivamente o que foi acordado é que os tempos só seriam perdidos se os grupos parlamentares tivessem possibilidade de usar da palavra ou não fizessem e o prolongamento das sessões foi previsto, mas dependente do consenso dos grupos parlamentares.

Acontece que, por razão de trabalhos já programados, o Grupo Parlamentar do PSD não pode dar a sua concordância à continuação dos trabalhos.

O Sr. Presidente: — Isto até porque a prorrogação do tempo regimental, como tem sido prática desta Câmara, tem de ser requerida antes das 20 horas.

Em todo o caso, tem a palavra o Sr. Deputado José Niza.

O Sr. José Niza (PS): — Queria perguntar à Mesa se foi entendido, porque não me parece claro, que amanhã se fará o acerto e será preenchido o total das oito horas correspondentes aos dois dias. Isto para que na sexta-feira tenhamos apenas quatro horas de debate. Se for assim, nós daremos o nosso acordo.

O Sr. Presidente: — O que ficou assente, tanto quanto sei — e peço aos Srs. Deputados que estiveram presentes na reunião que verifiquem se é assim —, era que os Srs. Deputados que não usassem numa

sessão o tempo que lhes estava atribuído deixariam de o usar na sessão seguinte; se o excedessem contava como tempo utilizado. Esta aplicação do critério do terço ficou, segundo me recordo, assente que não funcionaria na primeira sessão, visto que era de prever que, com a intervenção do Sr. Primeiro-Ministro e depois com as perguntas, que não chegaram a ser feitas, eventualmente a possibilidade de o debate se abrir não permitiria a aplicação correcta desse critério. Não tenho recordação de que tenha sido estabelecido, desde logo, a prorrogação da sessão de amanhã como necessidade para garantir que amanhã ficavam realizadas as oito horas de trabalho efectivo.

Em todo o caso ponho o problema à consideração dos Srs. Deputados.

Pausa.

Srs. Deputados, creio que a informação que a Mesa forneceu há momentos foi pouco correcta, porque, ao dizer qual o tempo útil de trabalho, dispunha apenas de elementos referentes às intervenções sem contagem do tempo utilizado em pedidos de esclarecimento e às respostas a estes pedidos, que foi de mais de quarenta minutos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Sousa Marques.

O Sr. Sousa Marques (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Julgo que não há nada como esclarecer totalmente as situações.

Mais do que uma vez e em mais do que uma reunião dos líderes dos grupos parlamentares com o Sr. Presidente ficou esclarecido, primeiro, que a sessão de hoje não se prolongaria para além das 20 horas e, segundo, que na sessão de amanhã haveria um prolongamento destinado a fazer com que todos os grupos parlamentares e o Governo esgotassem os dois terços de tempo de debate que tinham de esgotar obrigatoriamente ao fim de dois dias de debates. E isto com um objectivo repetidamente afirmado, e até não por nós, mas pelos partidos da maioria, de na sexta-feira conseguirmos concluir em tempo útil e o mais rapidamente e cedo possível o debate desta moção de confiança.

O Sr. Presidente: — Tem agora a palavra o Sr. Deputado Amândio de Azevedo.

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Penso que este não é o local próprio para estarmos a discutir estes assuntos.

Quero apenas dizer que a minha interpretação não é exactamente essa, embora admita que possa ser uma hipótese possível. No entanto, penso que no que respeita à alteração do funcionamento do Plenário tudo depende da deliberação e do consenso dos grupos parlamentares. Não estamos a dizer nem que sim nem que não, mas não queremos assumir nenhum compromisso a partir deste momento.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Lopes Cardoso.

O Sr. Lopes Cardoso (UEDS): — Sr. Presidente, estou também de acordo em que esta não é talvez a sede própria para discutirmos este assunto, mas, já que a

questão foi posta, queria dizer que em relação ao que foi decidido na reunião dos representantes dos grupos parlamentares o meu entendimento é o que foi expresso pelo Sr. Deputado Sousa Marques e não creio que possa haver outro.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, acertaremos esse ponto amanhã em reunião dos representantes dos grupos parlamentares, que poderemos perfeitamente fazer utilizando o intervalo regimental.

Srs. Deputados, cumpre-me informar a Câmara de que no decurso desta sessão foram apresentados dez pedidos de sujeição a ratificação de diplomas publicados, os quais receberam os n.ºs 3/II a 12/II, inclusive, todos subscritos pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista e que são os seguintes: n.º 3/II — Decreto-Lei n.º 176/80, de 30 de Maio, que altera o Código da Propriedade Industrial; n.º 4/II — Decreto-Lei n.º 366/80, de 10 de Setembro, que introduz alterações ao Código das Custas Judiciais; n.º 5/II — Decreto-Lei n.º 70/79, de 31 de Março, que regula a concessão de passaportes diplomáticos; n.º 6/II — Decreto-Lei n.º 236/80, de 18 de Julho, que dá nova redacção aos artigos 410.º, 442.º e 830.º do Código Civil (contrato-promessa); n.º 7/II — Decreto-Lei n.º 194/80, de 19 de Junho, que cria o Sistema Integrado de Incentivos ao Investimento; n.º 8/II — Decreto-Lei n.º 454/80, de 9 de Outubro, que aprova o Código Cooperativo; n.º 9/II — Decreto-Lei n.º 313/80, de 19 de Agosto, que introduz alterações ao artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 794/76, de 5 de Novembro (Lei dos Solos); n.º 10/II — Decreto-Lei n.º 393/80, de 25 de Setembro, que atribui à Secretaria de Estado da Cultura a defesa da integridade e genuinidade de obras intelectuais nacionais caídas no domínio público, revogando os Decretos-Leis n.ºs 53/80 e 54/80, de 26 de Março; n.º 11/II — Decreto-Lei n.º 82/80, de 19 de Abril, que dá nova redacção ao n.º 1 do artigo 14.º do estatuto anexo ao Decreto-Lei n.º 503-G/76, de 30 de Junho (Estatuto da Tabaqueira), e n.º 12/II — Decreto-Lei n.º 519-G2/79, de 29 de Dezembro, que estabelece o regime jurídico das instituições privadas de solidariedade social.

Deram ainda entrada na Mesa os seguintes projectos de lei: n.º I/II — Comercialização de madeiras; n.º 2/II — Produção, recolha, concentração e abastecimento de leite; n.º 3/II — Acção popular; n.º 4/II — Ilegalidade dos regulamentos; n.º 5/II — Exploração dos perímetros de rega; n.º 6/II — Criação da licenciatura em Artes Plásticas e Design; n.º 7/II — Defesa da igualdade dos cônjuges em acção que implique perda de direitos; n.º 8/II — Parceria agrícola; n.º 9/II — Protecção e defesa dos direitos dos trabalhadores-estudantes; n.º 10/II — Participação na definição e execução da Reforma Agrária; n.º 11/II — Processo administrativo não contencioso; n.º 12/II — Lei Orgânica dos Tribunais Administrativos e Fiscais; n.º 13/II — Defesa dos trabalhadores da função pública nomeados discricionariamente, contra a transferência ou exoneração por mera conveniência de serviço; n.º 14/II — Defesa do património arqueológico, e n.º 15/II — Associação de defesa do património cultural.

A sessão de amanhã terá início à hora regimental.
Está encerrada a sessão.

Eram 20 horas e 15 minutos.

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Social-Democrata (PSD)

António Alberto Correia Cabecinha.
António Augusto Lacerda de Queirós.
Fernando José da Costa.
Fernando dos Reis Condesso.
Francisco José de Sousa Tavares.
Jaime Adalberto Simões Ramos.
José Adriano Gago Vitorino.
José Augusto de Oliveira Baptista.
José Bento Gonçalves.
Luís Fernando C. Nandim de Carvalho.
Mário Martins Adegas.
Nicolau Gregório de Freitas.

Partido Socialista (PS)

Alberto Marques Antunes.
António Manuel de Oliveira Guterres.
António Janeiro.
António de Sousa Gomes.
António Manuel Maldonado Gonelha.
Carlos Manuel Natividade Costa Candal.
Fernando Manuel Gomes.
João Francisco Ludovico da Costa.
Joaquim Sousa Gomes Carneiro.
Luís Filipe Nascimento Madeira.
Manuel José Bragança Tender.
Mário Lopes Soares.
Vítor Brás.

Centro Democrático Social (CDS)

Carlos Alberto Rosa.
Henrique Manuel Soares Cruz.
Rogério Ferreira Monção Leão.
Rui Eduardo Ferreira Rodrigues Pena.

Partido Comunista Português (PCP)

Carlos Hahnemann S. de Aboim Inglês.
Joaquim Gomes dos Santos.
Maria Ilda Costa Figueiredo.
Octávio Floriano Rodrigues Pato.
Zita Maria de Seabra Roseiro.

Deputados que faltaram à sessão:

Partido Social-Democrata (PSD)

António Vilar Ribeiro.
Bernardino da Costa Pereira.
Eduardo Manuel Lourenço de Sousa.
José Ângelo Ferreira Correia.

Manuel da Costa Andrade.
Mário Júlio Montalvão Machado.
Pedro Augusto Cunha Pinto.

Luís Eduardo da Silva Barbosa.
Luís Filipe Pais Beiroco.
Nuno Krus Abecasis.
Rui Garcia de Oliveira.

Partido Socialista (PS)

António Cândido Miranda Macedo.
Fernando Torres Marinho.
Jaime José Matos da Gama.
José Luís do Amaral Nunes.
Júlio Francisco Miranda Calha.

Partido Comunista Português (PCP)

Álvaro Barreirinhos Cunhal.
António Joaquim Gervásio.
Carlos Alfredo Brito.
Jorge Patrício.

Centro Democrático Social (CDS)

Adriano Vasco da Fonseca Rodrigues.
Alberto Henriques Coimbra.
António José T. Gomes de Pinho.

Acção Social-Democrata Independente (ASDI)

António Luciano P. Sousa Franco.

O CHEFE DA DIVISÃO DE REDAÇÃO, *José Pinto*.

PREÇO DESTE NÚMERO 30\$00

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA